

UFAL

FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGÜÍSTICA

**A CONCORDÂNCIA DE NÚMERO E DE GÊNERO ENTRE O DP
PRONOMINAL A *GENTE* E O PREDICATIVO: UMA COMPARAÇÃO
ENTRE O PORTUGUÊS BRASILEIRO E O PORTUGUÊS EUROPEU**

Thaise dos Santos Tenório

Universidade Federal de Alagoas
Campus Aristóteles Calazans Simões
Tabuleiro dos Martins
57072-970 – Maceió – Alagoas
Fone: (082) 3214.1640/ 3214.1463

THAISE DOS SANTOS TENÓRIO

**A CONCORDÂNCIA DE NÚMERO E DE GÊNERO ENTRE O DP
PRONOMINAL *A GENTE* E O PREDICATIVO: UMA COMPARAÇÃO
ENTRE O PORTUGUÊS BRASILEIRO E O PORTUGUÊS EUROPEU**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Letras e Linguística da
Universidade Federal de Alagoas
como exigência parcial para a
obtenção de título de Mestre em
Linguística.

ORIENTADORA: PROFA. DRA. MARIA DENILDA MOURA

MACEIÓ
2008

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale

- T312c Tenório, Thaise dos Santos.
A concordância de número e de gênero entre o DP pronominal a gente e o predicativo : uma comparação entre o português brasileiro e o português europeu / Thaise dos Santos Tenório. – Maceió, 2008.
95. f.
- Orientadora: Maria Denilda Moura.
Dissertação (mestrado em Letras e Linguística: Linguística) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Maceió, 2008.
- Bibliografia: f. 90-95.
1. Linguística. 2. Língua portuguesa – Concordância. 3. Língua portuguesa – Sintaxe. 4. Língua portuguesa – Brasil. 5. Língua portuguesa – Europa.

CDU: 806.90-56

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGÜÍSTICA

TERMO DE APROVAÇÃO

THAISE DOS SANTOS TENÓRIO

**A CONCORDÂNCIA DE NÚMERO E DE GÊNERO ENTRE O DP
PRONOMINAL *A GENTE* E O PREDICATIVO: UMA COMPARAÇÃO
ENTRE O PORTUGUÊS BRASILEIRO E O PORTUGUÊS EUROPEU**

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Lingüística, pelo programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:



Prof. Dra. Maria Denilda Moura
Departamento de Lingüística – UFAL

Examinadores:



Prof. Dr. Aldir de Santos Paula
Departamento de Lingüística – UFAL



Prof. Dra. Maria Auxiliadora da Silva Cavalcante
Departamento de Métodos, Técnicas e Ensino
Centro de Educação (CEDU) – UFAL

MACEIÓ
2008

Esta pesquisa foi financiada por
uma bolsa do CNPq.

Aos meus estimados pais Maria Tereza e Leonardo, por tudo que sempre representaram na minha vida.

AGRADECIMENTOS

A *DEUS*, inspirador de toda esta obra.

À minha orientadora *Denilda Moura*, pela confiança, incentivo e discussões, demonstrando sempre franqueza e incansável persistência.

Ao meu querido “co-orientador” e amigo *Marcelo Sibaldo*, pelo carinho, confiança, apoio, horas de discussões e descontração, textos concedidos, sem sua ajuda seria impossível à realização deste trabalho.

Ao meu amor *Fernando Augusto*, pelas palavras de encorajamento, pelos momentos de força, incentivo, paciência e, acima de tudo, compreensão. Pelos dois anos difíceis, mas que foram suavizados com a sua presença.

A *Adeilson Sedrins*, pelos livros concedidos, pelas observações, correções e discussões durante todo o período de elaboração desta dissertação.

À *Raniele dos Santos*, pela estimável amizade, pelas leituras cuidadosas dos capítulos, pelas discussões e pela paciência e dedicação durante os longos anos acadêmicos.

Aos meus tios *Luiz Alberto*, *Lucila* e *Nereida* pelo apoio e confiança a mim depositados.

A *Rafael de Lima* pela simpatia sempre que eu ligava para tirar alguma dúvida, e, claro, pela amizade fortificada com a nossa longa e divertida viagem.

A *Rafael* e à *Rosicler* pelas discussões e pela transliteração dos dados do hebraico.

À *Valquíria Moura* pelas palavras de conforto e amizade adquirida em São Paulo.

A *Daniel Carvalho* pela dissertação da Sandra Pereira que foi de grande importância para a realização deste trabalho.

À *Mirian Cerqueira* por alguns dados do português europeu e pelas palavras de segurança.

À *Nize Paraguassu* e à *Luciana Sanches* pelas discussões e reflexões teóricas.

Ao Grupo GETEGRA por todas as discussões teóricas, reflexões e entretenimento.

Aos membros da banca examinadora pela leitura cuidadosa, pelas observações e dicas na qualificação.

Aos amigos da Pós-Graduação em Letras e Linguística, em especial à *Inês*, pela simpatia, paciência e também sabedoria em lidar com os problemas de todos.

Aos que fazem parte da Biblioteca setorial da Pós-Graduação em Letras e Linguística, em especial ao meu amigo *Judson*, pelos conselhos, apoio e força.

A todos que intercederam junto ao Pai por mim nesta caminhada.

RESUMO

Esta dissertação realiza um estudo comparativo entre o Português Brasileiro (PB) e o Português Europeu (PE) com o objetivo de analisar a concordância de número e de gênero entre o DP pronominal *a gente* e o predicativo em sentenças copulares. A hipótese de trabalho assumida, em relação ao gênero, é a de que o DP pronominal *a gente* contém um traço interno especificado no léxico e que não tem visibilidade morfológica (cf. CHOMSKY, 1995). Esse traço, por sua vez, estabelece a concordância com o predicado através da operação *Agree*, o que explica a visibilidade morfológica nessa posição. Em relação à questão do número, é assumido, ao contrário de Costa e Figueiredo Silva (2006), que tanto um morfema dissociado quanto um morfema *singleton* podem estar ocorrendo no PB e no PE. A perspectiva teórica adotada tem como base os pressupostos do Programa Minimalista (CHOMSKY, 1995, 2000, 2001). O *corpus* apresentado do PB é analisado a partir de dados de introspecção. No que concerne aos dados do PE, são utilizados os de Pereira (2003).

Palavras-chave: Concordância de Número e Gênero; Sintaxe; Operação *Agree*.

ABSTRACT

This dissertation develops a comparative study between Brazilian Portuguese (BP) and European Portuguese (EP) with the goal of analyzing the number and gender agreement between the pronominal DP *a gente* and the predicative in copular sentences. Our hypothesis, in relation to the gender, is that the pronominal DP *a gente* contains an internal feature specified in the lexicon which is not morphologically overt (cf. CHOMSKY, 1995). Thus, this feature yields an agreement relation with the predicate through *Agree* operation, which explains the overt morphology in this position. In relation to the number feature, it is assumed, contrary to Costa and Figueiredo Silva (2006), that both a dissociated morpheme and a singleton morpheme can occur in BP and in EP. The framework adopted in the analysis is the Minimalist Program, as developed in Chomsky (1995, 2000, 2001). The presented *corpus* of PB is introspection data and in which concerns the data of EP, they were provided by Pereira (2003).

Key-words: Number agreement and gender; Syntax; *Agree* Operation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO	16
1.1. INTRODUÇÃO.....	16
1.2. O APARATO TEÓRICO.....	17
1.2.1. Pressupostos gerais da Teoria Gerativa.....	17
1.2.1.1. O Programa Minimalista.....	19
1.2.1.2. Pressupostos gerais da Morfologia Distribuída.....	23
1.3. O APARATO METODOLÓGICO.....	30
2. UMA REFLEXÃO PARA A QUESTÃO DO NÚMERO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO E NO PORTUGUÊS EUROPEU	32
2.1. INTRODUÇÃO.....	32
2.2. PARTICULARIDADES DE AGR NO PB E NO PE.....	33
2.2.1. Propostas para o movimento do verbo.....	39
2.2.2. Evidências do movimento de V para T.....	42
2.2.2.1. Movimento de V para T no PB e no PE.....	46
2.3. UMA PROPOSTA DE ANÁLISE MORFOSSINTÁTICA.....	47
2.3.1. Visibilidade da concordância: diferença entre o PB e o PE.....	48
2.3.2. Proposta de Costa e Figueiredo Silva (2006).....	51
2.3.2.1. Concordância com o predicativo.....	53
2.4. CONCLUSÕES.....	56

3. UMA ANÁLISE SINTÁTICA DA CONCORDÂNCIA DE GÊNERO ENTRE O DP A <i>GENTE</i> E O PREDICATIVO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO E NO PORTUGUÊS EUROPEU.....	57
3.1. INTRODUÇÃO.....	57
3.2. CATEGORIAS FUNCIONAIS E SINTAGMA DETERMINANTE.....	58
3.2.1. Categorias Funcionais.....	58
3.2.2. O Sintagma Determinante.....	59
3.2.2.1. Proposta de Abney (1987).....	60
3.3. SOBRE A CONCORDÂNCIA DE GÊNERO NO DP.....	63
3.3.1. Proposta de Ritter (1993).....	63
3.3.2. Proposta de Di Domenico (1997).....	67
3.4. PROPOSTA DE ANÁLISE PARA O FENÔMENO.....	68
3.4.1. A concordância no PM.....	69
3.4.2. Análise de Pereira (2003).....	72
3.4.3. Uma proposta de análise.....	76
3.5. CONCLUSÃO.....	87
CONCLUSÕES GERAIS.....	88
REFERÊNCIAS.....	90

INTRODUÇÃO

Encontramos no português brasileiro (doravante PB) e no português europeu (doravante PE) um fenômeno que vem sendo discutido por alguns teóricos gerativistas (cf. COSTA *et al*, 2003; PEREIRA, 2003; MOURA, 2004, 2005), no entanto, apesar desses estudos, algumas questões ainda permanecem em aberto. Trata-se da concordância entre as formas pronominais de primeira e segunda pessoa que ocupam a posição de sujeito e o predicativo. Observemos os padrões de concordância encontrados no PB e no PE, nos exemplos em (1)¹:

- (1) a. Eu estou cansado/ cansada.
 b. Tu estás cansado/ cansada².
 c. Você está cansado/ cansada.
 d. Ele está cansado.
 e. Ela está cansada.
 f. A gente está cansado/ cansada.
 g. Nós estamos cansados/ cansadas.
 h. Vocês estão cansados/ cansada.
 i. Eles estão cansados.
 j. Elas estão cansadas.

¹ O pronome *vós* foi excluído dessa relação devido essa forma ter entrado em desuso tanto no PB quanto no PE.

² Esta forma é usada no PE, já no PB, o desaparecimento da forma *tu* ainda não é total, mas quando utilizada, dependendo do grau de formalidade, pode não haver flexão verbal, como exemplificado abaixo:

- (i) Tu está cansado/ cansada.
 (ii) Tu vai?

Conforme verificamos em (1), em relação às formas pronominais, a marca de gênero é morfologicamente visível apenas nos pronomes de terceira pessoa do singular e do plural (cf. (1d), (1e), (1i) e (1j)). Nas demais formas, essa marca não é visível. Já nos predicativos, verifica-se a presença de morfemas que assinalam gênero. Uma questão interessante a se pensar é o que possibilita a realização da concordância de gênero no predicativo, tendo em vista a ausência dessa marca nos DPs³ pronominais de primeira e segunda pessoa do singular e do plural.

É importante ressaltar que neste trabalho não é realizado um estudo sobre a natureza do verbo, tratamos apenas da concordância entre o DP pronominal *a gente* e o predicativo em contexto de cópula.

Observando as sentenças em (1), verificamos que a concordância de número parece ser estabelecida em todas as sentenças. A concordância de gênero, por sua vez, é estabelecida, em termos estruturais, em todas as sentenças, mas, a visibilidade morfológica de gênero não é atestada nas formas de primeira e segunda pessoa do singular e do plural (cf. (1a), (1b), (1c), (1f), (1g), (1h)).

Assim como ocorre com os pronomes pessoais *eu*, *tu*, *nós*, *você(s)*, que não apresentam marca de gênero, mas desencadeiam concordância de gênero (masculino e feminino) no predicativo, com a forma pronominal *a gente* também ocorre o mesmo. Tendo em vista a não realização morfológica em termos de traços gramaticais na forma pronominal *a gente*, especificamente, como a concordância estrutural é estabelecida na sentença em (1f)?

Visualizemos a gramaticalidade das sentenças no quadro (2) com a expressão pronominal *a gente* no PB e no PE⁴:

³ Assumimos que os pronomes fazem parte da categoria DP (do inglês *Determiner Phrase* (Grupo Determinante)) como proposto por Abney (1987) como pode ser visto na subseção 3.2.2.1. do capítulo 3 deste trabalho.

(2)

SENTENÇAS	TESTE DE GRAMATICALIDADE	
	PB	PE
a. A gente está cansado/ cansada.	✓	✓
b. A gente está cansados/ cansadas.	*	✓
c. A gente estamos cansados/ cansadas.	✓	✓
d. A gente estamos cansado/ cansada.	*	*

Vale pontuar que os dados do PE, nessa tabela, são extraídos de Pereira (2003, p. 29). A autora apresenta evidências de que os dados ilustrados em (2a), (2b) e (2c) são produzidos tanto na oralidade, quanto na escrita.

Observando o exemplo em (2b), verificamos que as gramáticas do PB e do PE diferem no que tange à concordância de número. Conforme defendido por Costa e Figueiredo Silva (2006), o PE é uma língua em que a visibilidade de concordância morfológica é demonstrada em todos os elementos capazes de portar esse tipo de morfologia⁵. Entretanto, a sentença (2b) nos mostra que há variação de número em PE.

Nesse exemplo, o verbo está na forma esperada, não havendo problema com sua forma no singular, já que concorda com o sujeito que está na terceira pessoa do singular. O problema é o plural do predicativo que parece estar concordando com os traços semânticos de primeira pessoa do plural da forma pronominal *a gente*⁶. Como dar conta do contraste verificado entre concordâncias do PB e do PE, como o apresentado em (2b)? O que permite ao PE realizar a marca morfológica de plural no predicativo, em construção como (2b) e bloquear essa mesma marca em semelhantes contextos no PB?

⁵ Os dados analisados por Costa e Figueiredo Silva (2006) serão apresentados na seção 2.3.1. do capítulo 2 deste trabalho.

⁶ Conforme discutido por Menuzzi (1999, 2000) *apud* Costa *et al* (2003). Segundo ele, a forma pronominal *a gente* é particularmente interessante, uma vez que os seus traços gramaticais e semântico-discursivos não são idênticos. Do ponto de vista gramatical, essa forma pronominal está especificada como terceira pessoa do singular feminino. Em termos semântico-discursivos, *a gente* funciona como pronomes de primeira pessoa do plural.

Partindo dessas observações, a questão que nos interessa saber, especificamente, é como se estabelece a concordância de gênero e de número no PB e no PE entre o DP pronominal *a gente*⁷ e o predicativo, em estruturas como as apresentadas em (1f) e (2b), respectivamente.

Visando alcançar essas questões, elaboramos com base na literatura gerativista e em nossas intuições as seguintes hipóteses: no que tange à concordância de gênero, podemos inferir que há um traço interno ao DP pronominal *a gente* que possibilita a concordância (não visível) de gênero com o predicativo; em relação à concordância de número, com base na proposta de Costa e Figueiredo Silva (2006), discutimos a possibilidade de, no PE, o morfema de pluralidade ser dissociado⁸, e no PB, ser *singleton*, já que esta propriedade do morfema, segundo esses autores, é responsável por contrastes de concordância entre PB e PE.

Assim este estudo será de fundamental importância para a análise da concordância, haja vista que ainda não há respostas satisfatórias para essas questões, além de possibilitar uma melhor compreensão do fenômeno da concordância no PB e no PE.

Para desenvolver o estudo proposto, estruturamos o trabalho da seguinte forma: nesta introdução foi situada a problemática do fenômeno em estudo, bem como as hipóteses, questões, justificativas da pesquisa e arcabouço teórico.

No primeiro capítulo, intitulado *Quadro teórico-metodológico*, apresentamos uma revisão dos pressupostos teóricos que norteiam a análise que é feita e que parece serem esses os pressupostos mais oportunos para explicar os dados apresentados acima. Assim, nos detemos nos modelos teóricos do Programa Minimalista (CHOMSKY, 1995, 2000, 2001) e nos pressupostos da Morfologia Distribuída (HALLE e MARANTZ, 1993; HARLEY e NOYER, 1999). Em se tratando da concordância de número é relevante fazermos um estudo

⁷ Com base nos estudos de Menuzzi (1999, 2000); Costa, Moura e Pereira (2001), entre outros, pode-se afirmar que a expressão *a gente* exibe comportamento de pronome. Esta forma é considerada uma forma pronominal, sobretudo, por ser produzida pelos falantes/ ouvintes de ambos os sistemas (PB e PE).

⁸ Esses termos serão esclarecidos no capítulo 2.

morfossintático. No que tange à concordância de gênero, nos deteremos a uma análise sintática.

No segundo capítulo, intitulado *Uma reflexão para a questão do número no português brasileiro e no português europeu*, pretendemos deter nossa atenção no comportamento de Agr no PB e no PE, observando quais mecanismos estão envolvidos no estabelecimento da concordância entre o DP sujeito e o verbo, tendo em vista que o paradigma de flexão verbal dessas duas línguas se difere. Desse modo, nos detemos na proposta de Costa e Figueiredo Silva (2006), segundo a qual a diferença básica entre as duas gramáticas consiste no tipo de morfema de pluralidade, sendo no PB um morfema *singleton* e no PE um morfema dissociado. Assim, neste capítulo, adota-se o modelo da Morfologia Distribuída, uma vez que é necessário fazer um estudo baseado na interface sintaxe/morfologia, já que esta defende a existência de movimentos pós-sintáticos, diferentemente da teoria chomskyana.

No terceiro capítulo, intitulado *Uma análise sintática da concordância de gênero entre o DP a gente e o predicativo no português brasileiro e no português europeu*, assumimos com Abney (1987) que o Sintagma Nominal (NP) é inserido na estrutura funcional denominada Sintagma Determinante. Apresentamos as propostas de estudo de Ritter (1993) e Di Domenico (1997) que buscam caracterizar a posição da categoria gramatical de gênero na configuração arbórea com base nos pressupostos da teoria gerativa. Apresentamos também a análise elaborada por Pereira (2003) que trata do mesmo fenômeno analisado neste trabalho, mas que busca analisar seus dados com base na Geometria de Traços para o sistema pronominal (HARLEY e HITTER, 2002; DUARTE *et al*, 2002), na Derivação por Fases (CHOMSKY, 1999b) e na Morfologia Distribuída (HALLE e MARANTZ, 1993). Por fim, apresentamos uma análise sintática para o fenômeno proposto, na qual, assumimos com Pereira (*op. cit.*) que há um traço de gênero implícito ao DP pronominal *a gente*, o que possibilita a concordância, através da operação *Agree*, com o sintagma adjetival.

Nas *Considerações Gerais* resumimos os pontos centrais da discussão feita no percurso de todo o trabalho.

CAPÍTULO 1

QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO

1.1. INTRODUÇÃO

Este trabalho terá como base os pressupostos da versão minimalista da teoria de Princípios e Parâmetros (CHOMSKY, 1995) que nortearão a análise do fenômeno discutido na introdução. Será necessário adotar o modelo da Morfologia Distribuída (HALLE e MARANTZ, 1993; HARLEY e NOYER, 1999), tendo em vista que apenas processos sintáticos não dão conta dos fenômenos lingüísticos que analisamos aqui. Para a explicação da visibilidade morfológica de número entre o DP sujeito e o verbo no PB e no PE, por exemplo, faz-se necessário defender uma teoria em que há inserção de material fonológico (entre outros) pós-sintaticamente, o que só é possível levando em conta a proposta da Morfologia Distribuída. No que tange a visibilidade morfológica de gênero no sintagma predicativo, tomaremos por base apenas o Programa Minimalista (CHOMSKY, 1995 e obras posteriores).

Dessa forma, objetivamos apresentar, de forma sucinta, os pontos gerais do Programa Minimalista, no qual este trabalho encontra respaldo teórico, bem como os do modelo da Morfologia Distribuída.

Apresentamos, portanto, neste capítulo, as concepções básicas dessas teorias, bem como o aparato metodológico utilizado para explicar o fenômeno da concordância no PB e no PE.

1.2. O APARATO TEÓRICO

1.2.1. PRESSUPOSTOS GERAIS DA TEORIA GERATIVA

Em meados do século XX, Noam Chomsky desenvolve um conceito de Gramática Gerativa diferentemente do que era proposto no estruturalismo. O objetivo dessa teoria era analisar sintaticamente a frase levando em conta os níveis “superficial” e “profundo” da estrutura gramatical.

Para tanto, foi necessário distinguir *competência* (o conhecimento que o falante/ouvinte tem das regras de uma língua) de *desempenho* (uso efetivo da língua em situações reais). Chomsky defende que o estudo das regras que governam a estrutura da competência deve ser o mais importante para a lingüística, e não o estudo do uso da língua (desempenho).

Essa nova proposta desvia-se de um enfoque histórico para um enfoque mentalista⁹, defendendo a idéia de linguagem como faculdade, um componente específico da mente/cérebro humano. Segundo Chomsky (2005, p. 289 e 290):

Há razão para acreditar que os humanos têm um “órgão” especializado dedicado ao uso e à interpretação da linguagem, que podemos chamar de “a faculdade de linguagem” (FL). Podemos considerar a FL comum à espécie, assumindo estados que variam de modos limitados com a experiência. Interagindo com outros sistemas (cognitivo, sensório-motor), esses estados contribuem para a determinação do som e do significado das expressões.

A FL é um órgão mental inerente à natureza humana que possibilita ao falante não só adquirir uma língua particular, como também criar novas estruturas fráscas nessa língua.

⁹ Para maiores detalhes, ver Chomsky (2005), capítulo 7.

Tendo assumido a existência de uma FL como um órgão mental, Chomsky também defende a existência de uma Gramática Universal (GU) que corresponde ao estágio inicial (FL₀) de um falante que se desenvolve seguindo um processo de maturação através da influência do *input*¹⁰. Nessa perspectiva, o objeto de estudo da gramática gerativa é o sistema cognitivo computacional que dá conta da linguagem, e não o conjunto de enunciados produzidos pela faculdade lingüística. Desse modo, a mudança que houve do estudo do produto, ou seja, a língua-E¹¹, para o estudo do sistema de conhecimento, que visa ao uso e à compreensão da língua (língua-I), possibilitou o estabelecimento de uma relação até então não efetivada entre os dados lingüísticos e o conhecimento da linguagem.

Essa corrente lingüística busca responder a questões relacionadas ao desenvolvimento do sistema de conhecimento interiorizado na mente dos falantes e "se dedica a questões relacionadas à estrutura lingüística, sem se voltar especialmente para as relações entre a língua e o contexto (situação comunicativa) em que se insere" (BERLINCK, AUGUSTO e SCHER, 2003, p. 208).

O Gerativismo é uma teoria muito forte na lingüística. Desde o seu surgimento até os dias atuais, houve um grande desenvolvimento que gerou diferentes modelos teóricos. O modelo que tem dado suporte aos estudos de cunho gerativista nos últimos anos é o modelo de Princípios e Parâmetros (CHOMSKY, 1981), e, alguns estudos mais recentes, um enxugamento desse modelo, o Programa Minimalista (CHOMSKY, 1995 e trabalhos subseqüentes).

¹⁰ O *input* seriam os dados lingüísticos degradados que são apresentados à criança quando está aprendendo uma língua L particular (cf. COSTA e SANTOS, 2003; MIOTO, FIGUEIREDO SILVA e LOPEZ, 2004).

¹¹ Existem dois tipos de línguas para Chomsky (1999a), língua-I e língua-E, esta última, refere-se a objetos lingüísticos externos, aquela, a objetos lingüísticos internos. É importante enfatizar que para a Gramática Gerativa a língua-E só interessa na medida em que ajuda indiretamente o lingüista a entender a língua-I.

1.2.1.1. O PROGRAMA MINIMALISTA

O Programa Minimalista (PM) é uma das versões mais recentes da teoria chomskyana, todavia, é importante ressaltar, a partir das palavras de Chomsky (1999a, p. 16), que

O PM não é um novo quadro teórico da gramática gerativa-transformacional [...]. O PM não substitui o modelo de P&P. Ao contrário, o PM assenta crucialmente no modelo de P&P, e parte dele para propor algumas questões novas que não poderiam na realidade ser concebidas fora desse modelo.

O PM reduz propriedades do modelo de Princípios e Parâmetros¹² que não são estritamente necessárias como, por exemplo, estrutura superficial e profunda, teoria da ligação interna à linguagem, regência etc., surgem, então, alguns aparatos técnicos conhecidos como o Princípio da Economia, Teoria da Checagem ou Verificação de Traços etc. (cf. CHOMSKY, 1995).

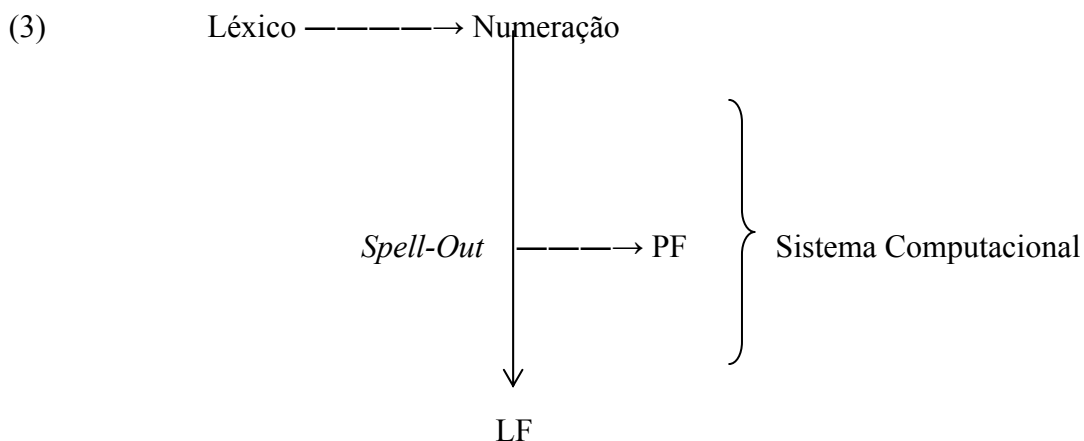
Nessa nova versão, Chomsky destaca a idéia de que uma língua particular L é um órgão que estabelece interface com o sistema articulatório-perceptual (A-P) e com o sistema conceptual-intencional (C-I), ou seja, há um conjunto de parâmetros que, fixados, geram expressões lingüísticas. Os níveis lingüísticos que interagem com A-P e C-I são PF (do inglês *Phonetic Form*, (Forma Fonética)) e LF (do inglês *Logical Form*, (Forma Lógica), respectivamente. Os dois níveis lingüísticos PF e LF podem ser concebidos como as partes do sistema lingüístico responsáveis pelas instruções para os sistemas articulatório-perceptual e conceptual-intencional.

¹² Essa redução está relacionada a uma tentativa de simplificar, economizar, acabar com redundâncias do modelo de Princípios e Parâmetros (CHOMSKY, 1981).

Um objeto lingüístico¹³ (derivado na sintaxe) deve apresentar para o sistema PF informações interpretáveis nesse componente, caso alguma informação não seja de natureza fonética, ele não será legível naquele ponto. Da mesma forma, um objeto em LF deve trazer apenas informações de natureza semântica, caso contrário, as condições de legibilidade na interface semântica não serão satisfeitas. Portanto, uma derivação só será convergente se os elementos forem legíveis nos dois sistemas de interface.

Entram na derivação informações de natureza fonológica, semântica e sintática, todas elas em forma de traços. A computação que gera um objeto lingüístico deverá separar os traços fonologicamente interpretáveis dos semanticamente interpretáveis e apagar os traços formais não-interpretáveis na sintaxe encoberta¹⁴. Os traços não-interpretáveis entram na derivação sem qualquer valor determinado.

Chomsky (1995) propõe um modelo minimalista de gramática para a derivação de sentenças de uma língua L. Esse modelo consiste em um Léxico, uma Numeração e dois níveis de interface: PF e LF, conforme verificamos em (3):



¹³ Um objeto lingüístico, na perspectiva do programa minimalista, corresponde a uma combinação de traços semânticos, fonológicos e formais. Podem ou não ser interpretáveis na interface C-I, mas nunca na interface A-P.

¹⁴ As operações realizadas antes de *Spell-Out* ocorrem na sintaxe aberta, em oposição à sintaxe encoberta que seria entre o *Spell-Out* e a LF (CHOMSKY, 1995).

No modelo em (3), o léxico fornece os itens lexicais que formam a Numeração, e esta, por sua vez, abastece o sistema sintático/ computacional. O sistema computacional projeta essa Numeração (doravante N) num par de representações de interface (π, λ) e efetua as operações *formar*, *selecionar*, *compor* e *atrair/mover*¹⁵ até formar uma derivação convergente em PF e LF. Em PF há instruções estritamente fonológicas; em LF, instruções estritamente semânticas.

Na computação sintática, os traços formais não interpretáveis ($[u]$, do inglês *uninterpretable*) devem ser apagados, a operação *Spell-Out*, por sua vez, identifica os traços que são interpretáveis ($[i]$) na interface fonética e os envia para PF, separando-os dos traços que são interpretáveis em LF. Num ponto arbitrário da computação de N para LF, a operação *Spell-Out* elimina os traços fonológicos, que entram no componente morfológico¹⁶ e que são ordenados linearmente, para serem projetados em PF. Após essa operação, que bifurca a computação em duas partes, o resíduo da estrutura é projetado em LF, dando continuidade à computação, por meio de operações não-visíveis. É importante ressaltar que *Spell-Out* é livre para se aplicar em qualquer ponto da derivação, caso a escolha do ponto seja “errada” a derivação fracassa em um dos níveis de interface.

Dentro dessa concepção minimalista, como foi observado, a FL compreende um léxico e um sistema computacional. No léxico estão representadas as propriedades idiossincráticas dos itens lexicais. Para dar origem a uma derivação, esses itens são selecionados em N. N é, assim, um conjunto de itens lexicais (LI) e de seus índices (i), que especificam o número de vezes que LI é selecionado (LI, i).

¹⁵O sistema computacional trabalha com essas quatro operações. Vejamos cada uma delas:

- (i) *formar*: vai ao léxico e seleciona os itens lexicais para a numeração;
- (ii) *selecionar*: retira um item lexical da numeração e coloca-o no espaço da computação;
- (iii) *compor*: junta dois itens lexicais para formar um constituinte;
- (iv) *atrair/mover*: move os traços para uma posição alvo.

¹⁶ O componente morfológico situa-se entre *Spell-Out* e PF.

Todos os itens do léxico são compostos de traços: traços fonológicos, traços semânticos e traços formais¹⁷. Somente os traços formais são acessíveis ao sistema computacional e podem ser passados à LF para serem interpretados. Há traços de uma mesma natureza que podem ser interpretáveis em um item, mas não-interpretáveis em outro. Por exemplo, os traços- ϕ ¹⁸ não-interpretáveis de T (Tempo) entram na sintaxe sem valores, ao contrário dos traços- ϕ do N (Nome) que são interpretáveis. Dessa forma, os traços não interpretáveis de T são valorados com os traços interpretáveis de N através de uma relação de concordância, depois são apagados da derivação, na sintaxe aberta. Vejamos um exemplo em que essa operação acontece observando a sentença em (4):

(4) As meninas trabalham.

Nessa sentença, os traços de número, pessoa e gênero são interpretáveis no DP *as meninas*, mas não interpretáveis nos traços de número e pessoa em *trabalham*. Dessa forma, os traços- ϕ em T devem ser apagados antes de chegar a LF, entretanto, os traços- ϕ em N não podem ser apagados, uma vez que são interpretáveis. Podemos dizer, então, que os traços não-interpretáveis precisam ser valorados (ou checados), em seguida, apagados para serem interpretados em LF (ver capítulo 3 para maiores detalhes).

No PM, um traço não interpretável precisa ser valorado e apagado no curso da derivação. Esse traço pode ser forte ou fraco; quando forte, a checagem vai se dar na sintaxe aberta, tendo repercussão morfológica; quando fraco, a checagem só se dá na sintaxe encoberta, sem repercussão morfológica. Dessa forma, a marca morfológica de concordância nas línguas seria reflexo de uma checagem de traços na sintaxe visível, sendo tal checagem, por sua vez, consequência da força dos traços nas categorias funcionais.

¹⁷Os traços formais são um conjunto formado por traços- ϕ , traços categoriais e traços Casuais.

¹⁸Os traços- ϕ englobam informações sobre gênero, número e pessoa.

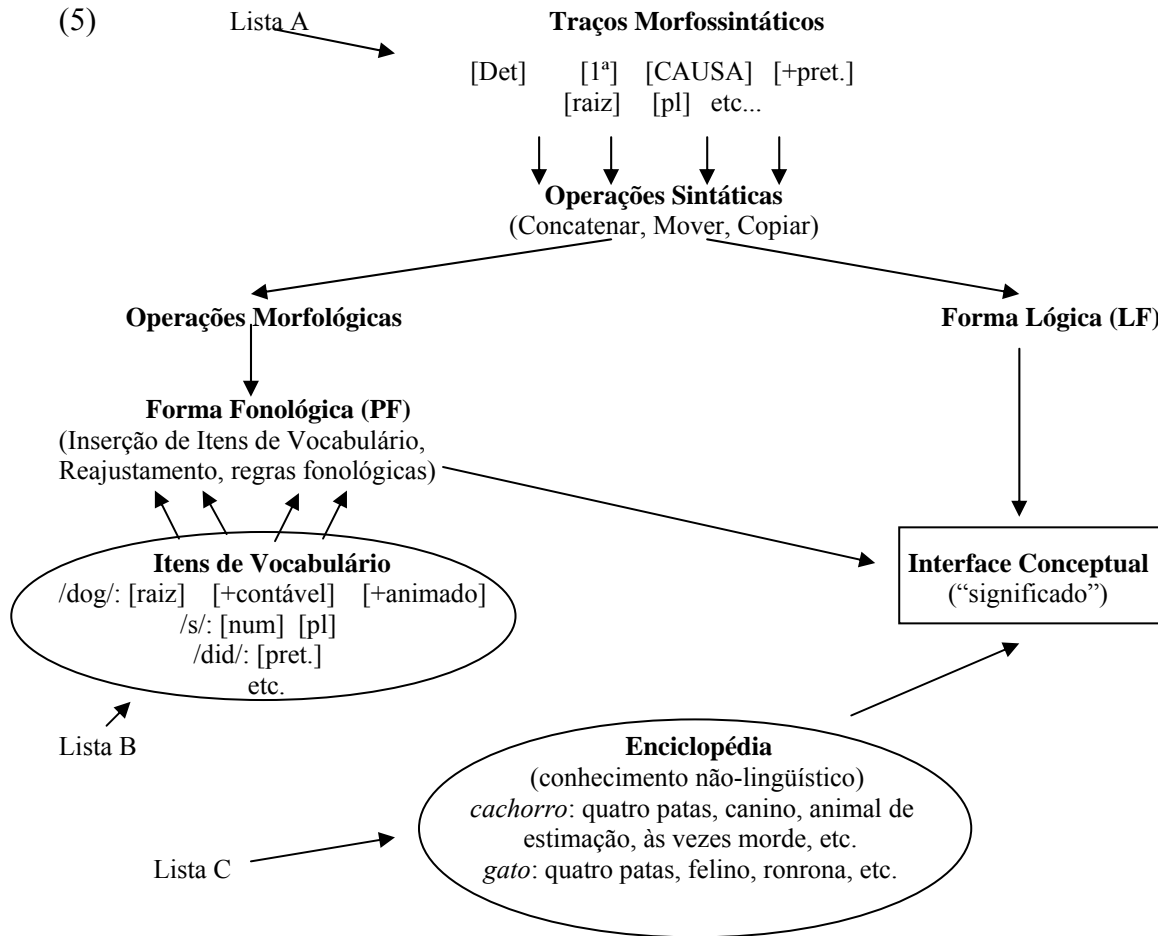
Neste trabalho, a perspectiva adotada do PM é aquela baseada em Chomsky (1995), porém, vale ressaltar que essa versão tem sido inovada e desde então têm surgido modelos mais recentes (cf. CHOMSKY, 2000, 2001), o que não significa dizer que este tenha sido descartado, embora nos mais recentes apenas algumas concepções foram alteradas.

Nos deteremos, na próxima seção, à explanação do arcabouço teórico da Morfologia Distribuída.

1.2.1.2. PRESSUPOSTOS GERAIS DA MORFOLOGIA DISTRIBUÍDA

Na Morfologia Distribuída (MD), Halle e Marantz (1993), Harley e Noyer (1999) (dentre outros) propõem que não há léxico, diferentemente da proposta de Chomsky (1981), cuja hipótese lexicalista defende que os itens lexicais já vêm formados no léxico para serem inseridos na derivação sintática.

Em (5) temos o Modelo de Organização Gramatical desta nova abordagem teórica (cf. HARLEY e NOYER, 1999):



Nesse modelo há três listas, a primeira (lista A) contém raízes e morfemas abstratos, a segunda (lista B) é formada de itens de vocabulário, regras que provêm conteúdo fonológico a morfemas abstratos e, por fim, a terceira (lista C), que consiste de um repertório de significados especiais, lista de informação semântica de uma raiz ou de um objeto sintático.

Observando o modelo, verificam-se três componentes: o componente sintático, o componente morfológico e o componente fonológico. Vejamos cada um deles:

- (6) a) O componente sintático – “é um componente gerador de estruturas pela combinação, sob nós terminais, de feixes de traços sintáticos e semânticos selecionados pelas línguas particulares a partir de um inventário disponibilizado pela Gramática Universal” (cf. ALCÂNTARA, 2003). Segundo Alcântara, essas

combinações de traços estão sujeitas a princípios e operações da sintaxe, as quais são subseqüentemente trabalhadas nos componentes morfológico e fonológico;

b) O componente morfológico – é um componente da gramática que compreende três etapas: operações morfológicas¹⁹, inserção vocabular²⁰ e regras de reajustamento²¹;

c) O componente fonológico – é um componente em que estão as operações fonológicas que podem ser sensíveis a informações morfológicas.

A MD “está preocupada com os elementos que compõem as palavras e com a organização desses elementos em hierarquizar constituintes de tipos diferentes” (HALLE, 1997a *apud* SIBALDO *et alii* (2007b)). Em relação aos itens de vocabulário três propriedades se mostram fundamentais:

- (7) a) Inserção Tardia;
 b) Subespecificação de Itens de Vocabulário;
 c) Estrutura Hierárquica *Top-Down*.

A primeira propriedade, Inserção Tardia, diz respeito à hipótese de as categorias sintáticas serem puramente abstratas, sem conteúdo fonológico. Assume-se, portanto, que a inserção dos traços fonológicos nos traços morfossintáticos ocorre pós-sintaticamente²².

Subespecificação de Itens de Vocabulário é uma propriedade em que as expressões fonológicas não necessitam ser totalmente especificadas para as posições sintáticas em que

¹⁹ As operações morfológicas dizem respeito à manipulação das representações advindas da sintaxe, podendo tanto modificar a estrutura quanto o seu conteúdo.

²⁰ A inserção de vocabulário será apresentada mais adiante.

²¹ As regras de reajustamento atuam sobre itens de vocabulário específicos em um contexto morfológico específico.

²² As operações que ocorrem na componente morfológica podem variar entre as línguas.

podem ser inseridas, ou seja, esses itens são inseridos onde nenhuma outra forma mais específica está disponível, uma forma *default*.

Na Estrutura Hierárquica *Top-Down* dá-se a hierarquização dos nós terminais sintáticos e morfológicos que se combinam entre si, entrando no mesmo tipo de estrutura de constituintes (pode se dar através de diagramas arbóreos binários).

A sintaxe preocupa-se exclusivamente com os traços gramaticais dos morfemas enquanto que a fonologia, com os fonológicos. A morfologia, por sua vez, preocupa-se tanto com os traços fonológicos quanto com os não-fonológicos. Dessa forma, a morfologia constitui a interface entre a sintaxe e a fonologia.

Halle (1997a) denomina os elementos terminais das árvores sintáticas de *morfemas* e usa o termo *expoente fonológico* ou *fonético* para designar a seqüência de fonemas em um morfema. No quadro teórico da MD, os morfemas são os átomos da representação morfossintática e podem ser de dois tipos: morfemas-F (correspondem às categorias funcionais) e os morfemas-L (correspondem às categorias lexicais). Como dito anteriormente, a expressão fonológica de um nó terminal é fornecida como parte de um item de vocabulário, ou seja, não vem incluída neste morfema. O conteúdo de um morfema ativo na sintaxe consiste em traços sintático-semânticos retirados de um conjunto de traços disponibilizado pela GU.

A inserção de vocabulário é responsável pelo fornecimento de traços fonológicos aos nós terminais²³ no final da computação sintática, ou seja, ocupa-se da inserção dos componentes de um vocabulário²⁴. Um item de vocabulário é formado pela combinação de um expoente fonológico e a informação gramatical em que o expoente é inserido.

²³ Os nós terminais são as raízes (morfemas-L) e os afixos (morfemas-F).

²⁴ Pode-se entender o vocabulário como uma lista de expoentes fonológicos dos diferentes morfemas abstratos da língua, emparelhados com condição de inserção. Em teorias lexicalistas, as informações do vocabulário são associadas ao léxico.

Na inserção de vocabulário (introdução de traços fonológicos a nós sintáticos em PF), dependendo do tipo de morfema fornecido pela sintaxe, pode acontecer de mais de um item de vocabulário encontrar as condições para serem inseridos num só nó terminal, contudo, apenas um desses expoentes fonológicos deve ser inserido. Dessa forma, a competição desses expoentes é controlada pelo Princípio do Subconjunto formulado por Halle (1997a):

(8) Princípio do Subconjunto

The phonological exponent of a Vocabulary item is inserted into a morpheme in the terminal string if the item matches all or a subset of the grammatical features specified in the terminal morpheme. Insertion does not take place if the Vocabulary item contains features not present in the morpheme. Where several Vocabulary items meet the conditions for insertion, the item matching the greatest number of features specified in the terminal morpheme must be chosen²⁵.

Embick e Noyer (2001) propõem dois tipos de morfemas: morfema *singleton* (morfema sintático) e morfema dissociado (morfema não-sintático). Um morfema dissociado, segundo esses autores, não figura na sintaxe propriamente dita, esse morfema é inserido após *spell-out*, ou seja, depois da sintaxe, como por exemplo, os traços de Caso do Latim. Já o morfema *singleton* é predizível na sintaxe.

O processo de inserção pós-sintática, como vimos acima, é também denominado Inserção Tardia. No entanto, esse processo, no componente morfológico²⁶, viola, aparentemente, a condição de Inclusividade proposta em Chomsky (1995):

(9) Condição de Inclusividade: Nenhum traço novo é introduzido por C_{HL}.

²⁵ “O expoente fonológico de um item de um Vocabulário é inserido num morfema na cadeia terminal se um item combina todos ou um subconjunto dos traços gramaticais especificados no morfema terminal. A inserção não acontece se o item de Vocabulário contém traços não presentes no morfema. Onde muitos itens de Vocabulário encontram as condições para a inserção, o item que combina o maior número de traços especificados no morfema terminal deve ser escolhido” (cf. HALLE, 1997b, p. 3).

²⁶ Relembremos ao leitor que o componente morfológico situa-se entre *Spell-Out* e PF.

Esse princípio proíbe a introdução de um material que não tenha sido previsto na Numeração no curso da derivação. A Inserção Tardia, conforme proposto pela MD, viola o princípio (9), entretanto, apesar dessa violação, parece evidente que PF não tem o poder de adicionar qualquer tipo de traço.

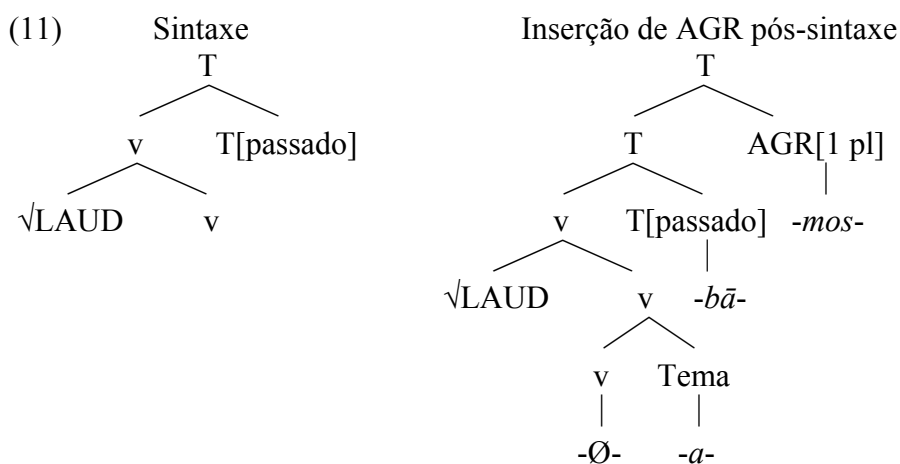
É importante ressaltar que os morfemas inseridos pós-sintaticamente não são relevantes para a interpretação semântica, ou seja, se os traços forem meramente morfológicos, sem informações semânticas, serão inseridos em PF.

Além da inserção de vocabulário é previsto também a inserção de nós e de traços dissociados no componente morfológico. Vimos que os traços de caso do Latim são inseridos pós-sintaticamente, um outro exemplo de morfema pós-sintático é AGR. Embick e Noyer (2005, p. 13) exemplificam esse mecanismo com o Imperfeito do Indicativo do Latim (cf. (10) e (11)), em que AGR (do inglês *agreement*, (concordância)) é inserido pós-sintaticamente e antes da inserção de vocabulário²⁷:

(10) laud-ā-bā-mus

Raiz-tema-Tempo-AGR

“Elogiávamos/ louvávamos”



²⁷ Os exemplos (10) e (11) foram extraídos de Embick e Noyer (2005).

O elemento AGR é inserido pós-sintaticamente já que não foi relevante para a semântica. Como consequência dessa inserção, a estrutura morfológica tem mais posições do que a estrutura sintática.

Costa e Figueiredo Silva (2006), ao analisarem a concordância de número no domínio tanto de IP (do inglês *Inflectional Phrase*, (Grupo de Flexão)) quanto do DP (do inglês *Determiner Phrase* (Grupo de Determinante)) em frases como em (12) produzidas pela gramática do PE, observam que todos os elementos capazes de exibir a morfologia plural exibem-na, o que não é observado em PB (cf. (13))²⁸. Partindo desta observação, os autores chegam à conclusão de que a diferença entre essas duas gramáticas, no que concerne à concordância de número, consiste no tipo de morfema de pluralidade: no PE, esse morfema é dissociado, ou seja, são necessários processos pós-sintáticos para a inserção desse morfema, no PB, esse morfema é *singleton*, os processos ocorrem na sintaxe:

- (12) a. Os carros ‘tão lindos.
 b. Os primeiros livros da biblioteca.
 c. Os meus livros.
 d. As casas *parecem* bonitas.
 e. As casas *foram* destruídas.

- (13) a. Os carro ‘tão lindo.
 Os carro tá lindo.
 b. Os primeiros livro da biblioteca.
 Os primeiro livro da biblioteca.

²⁸ Os autores não fazem nenhuma referência aos casos em que há concordância em todos os elementos do PB, considerados, neste trabalho, como dados do português padrão. Como mostram os exemplos em (13), eles trabalham apenas com dados do português brasileiro coloquial.

c. *As casa parecem* bonita.

As casa parece bonita.

d. *As casa foram* destruída.

As casa foi destruída.

Para verificar a concordância morfológica de número e de gênero no PB e no PE, apresentamos no capítulo 2 uma reflexão partindo da análise de Costa e Figueiredo Silva (2006) para a concordância de número mostrando evidências de processos pós-sintáticos, e no capítulo 3, uma análise sintática para a questão da concordância de gênero.

Faz-se necessário para a questão da concordância de número um estudo com base nos pressupostos distribucionistas já que nesse modelo há a possibilidade da Inserção Tardia, não prevista claramente pelo modelo chomskyano. Com essa possibilidade, os contrastes de concordância de número entre as línguas em foco parecem encontrar explicações plausíveis. No que concerne à concordância de gênero fez-se necessário um estudo com base nos pressupostos gerativista.

1.3. O APARATO METODOLÓGICO

Para o desenvolvimento do fenômeno em questão, lançamos mão do método de abordagem hipotético-dedutivo. Já no que diz respeito ao método de procedimento, utilizamos o comparativo, uma vez que observamos estruturas declarativas finitas no PB e no PE.

A presente pesquisa se enquadra numa perspectiva formalista, pois, como já foi dito anteriormente, utilizamos como embasamento teórico os pressupostos da Teoria Gerativa a

partir da sua mais recente versão, O Programa Minimalista (CHOMSKY, 1995, 2000, 2001), bem como os pressupostos da Morfologia Distribuída (HALLE e MARANTZ, 1993). Assim, a concordância do sujeito pronominal *a gente* com o predicativo, para o PB, será analisada lançando mão de dados de introspecção, ou seja, a partir do nosso julgamento de gramaticalidade. Para o PE, utilizaremos os dados de Pereira (2003).

CAPÍTULO 2

UMA REFLEXÃO PARA A QUESTÃO DO NÚMERO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO E NO PORTUGUÊS EUROPEU

2.1. INTRODUÇÃO

No âmbito da Gramática Gerativa, muitos trabalhos apontam para o fato de que as gramáticas do PB e do PE são distintas (cf. FIGUEIREDO SILVA, 1996; GALVES, 2001; KATO, 2005, entre outros). Neste capítulo, pretendemos verificar o comportamento de AGR nessas línguas, observando que mecanismos estão envolvidos no estabelecimento da concordância entre o DP sujeito e o verbo uma vez que o paradigma de flexão verbal dessas duas línguas se difere (cf. BARBOSA, DUARTE & KATO, 2001). Para tanto, nos deteremos na proposta de Costa e Figueiredo Silva (2006), segundo a qual a diferença básica entre as duas gramáticas consiste no tipo de morfema de pluralidade, sendo no PB um morfema *singleton* e no PE um morfema dissociado. Dessa forma, neste capítulo, faz-se necessário um estudo baseado na interface sintaxe/ morfologia, que estará fundamentado no modelo da Morfologia Distribuída (HALLE e MARANTZ, 1993).

Este capítulo está organizado da seguinte maneira: na seção 2.2., a partir das análises de Roberts (1993), Galves (2001) e Vikner (1997), observamos os paradigmas de flexão verbal no PB e no PE com o intuito de verificar as particularidades de AGR nessas línguas. Tendo observado essas particularidades, são apresentadas, com base nas propostas de Costa e

Galves (2002), evidências de que no PB e no PE o movimento é de V (verbo) para T e não de V para AgrP (do inglês *Agreement Phrase*, (Grupo de concordância)), o que não ocorre em línguas como o francês, conforme será discutido.

Por fim, na seção 2.3., discutiremos a visibilidade da concordância morfológica entre o DP sujeito e a flexão verbal no PB e no PE. A análise de Costa e Figueiredo Silva (2006) propõe que a concordância morfológicamente visível entre o DP sujeito e a flexão verbal, no PB e no PE, está relacionada com a natureza do morfema de pluralidade (tanto o morfema *singleton* como o morfema dissociado).

2.2. PARTICULARIDADES DE AGR NO PB E NO PE

O PB apresentou modificações no paradigma de flexão verbal que implicaram na substituição de um sistema “rico” de desinências verbais por um sistema mais “pobre”, diferentemente do que acontece no PE, no qual é possível observar, ainda, um paradigma rico. Para verificar as particularidades de AGR, é fundamental observar, primeiramente, como se comporta o paradigma da flexão verbal de uma dada língua. Para tanto, vejamos o paradigma de flexão verbal no presente do indicativo em ambas as línguas²⁹:

²⁹ Costa e Figueiredo Silva (2006) distinguem o PB em PB1 e PB2. A sigla PB1 representa o dialeto em que há concordância morfológica entre o DP sujeito e a flexão verbal com todas as pessoas do paradigma, e PB2 representa o dialeto em que a concordância não é estabelecida visivelmente com todas as pessoas do paradigma.

(14)

PB1	PB2	PE
Eu canto	Eu canto	Eu canto
-----	-----	Tu cantas
Você/ ele(a)/ a gente canta	Tu/ você/ ele(a)/ nós/ vocês/ eles(as) canta	Você/ ele(a)/ a gente canta
Nós cantamos	-----	Nós cantamos
-----	-----	-----
Vocês/ eles(as) cantam	-----	Vocês/ eles(as) cantam

(Cf. TAVARES SILVA, 2004, p. 237) Paradigma do PB e do PE.

De acordo com vários estudos (cf. GALVES, 2001; DUARTE, 1996; FIGUEIREDO SILVA, 1996), observamos que o paradigma dos pronomes pessoais está passando por um processo de transformação. A partir do quadro acima, podemos afirmar que o pronome de segunda pessoa *tu* desapareceu da gramática do PB1, bem como o pronome *vós*³⁰. Entretanto, de acordo com Figueiredo Silva (1996), o desaparecimento da forma *tu* ainda não é total, como verificado no PB2.

Visualizando os paradigmas dos dialetos do PB no quadro acima, notamos que há um empobrecimento das formas verbais, conforme é atestado no PB1, com o agrupamento das formas de segunda e terceira pessoa do singular (*você/ ele(a)/ a gente*³¹) e as formas de segunda e terceira pessoa do plural (*vocês/ eles(as)*) numa só célula. No PB2, por sua vez, tem-se as formas de segunda e terceira pessoa do singular (*tu/ você, ele(a)*) e as formas de primeira, segunda e terceira do plural (*nós/ vocês/ eles(as)*) numa única célula de concordância. Verificamos que não há concordância visível entre as formas pronominais em questão e a flexão verbal, e, esse tipo de concordância, como colocado por Costa e Figueiredo

³⁰ A forma pronominal *vós* desapareceu nas duas gramáticas (PB e PE).

³¹ A forma pronominal *a gente* é introduzida junto ao pronome *nós*.

Silva (2006), decorre do fato de o morfema de pluralidade do PB ser *singleton* (ver seção 2.3.2.).

A partir das análises de Roberts (1993), Galves (2001) e Vikner (1997), respectivamente, observaremos os paradigmas de flexão verbal no PB e no PE com o intuito de verificar as particularidades de AGR nessas línguas.

Segundo Roberts (1993) *apud* Tavares Silva (2004), o parâmetro do Sujeito Nulo engloba dois diferentes tipos de riqueza para AGR: riqueza formal e riqueza funcional. AGR é formalmente rico se fornece um morfema para cada pessoa do paradigma verbal, não havendo forma zero³², e é funcionalmente rico se permite ao máximo um sincretismo e uma forma zero. Face ao paradigma em (14), analisamos comparativamente o tipo de riqueza de AGR entre PB1, PB2 e PE, sucintamente.

AGR, no PB2, é pobre tanto formalmente quanto funcionalmente, já que formalmente há quatro formas zero: segunda pessoa do singular (*tu*), e todas as formas do plural, enquanto que funcionalmente, todas as formas, exceto a primeira do singular, são sincréticas: *canta- ø*.

Em ambos os paradigmas, PB1 e PE, AGR é considerado pobre. Em PB1 é pobre formalmente porque há duas formas zero: a segunda pessoa do singular e do plural (*tu* e *vós*). E é pobre funcionalmente porque além de conter duas formas zero, há dois sincretismos, o primeiro é a forma de segunda pessoa do singular (*você*), a terceira pessoa do singular (*ele* (*a*)) e a primeira pessoa do plural (*a gente*) especificadas pelo morfema \emptyset ; a segunda é a forma de segunda pessoa do plural (*você*) e a terceira pessoa do plural (*eles* (*as*)) especificadas pelo morfema *-m*. Em PE, por sua vez, AGR é pobre formalmente porque há uma forma zero: segunda pessoa do plural (*vós*). O PE é pobre funcionalmente pela mesma razão do PB: há dois sincretismos.

³² Observando o quadro no exemplo (14), constatamos que na terceira pessoa do singular dos três paradigmas há forma zero no verbo *canta- ø*.

Com base nesta proposta, fazendo uma análise comparativa, não há como distinguir AGR rico de AGR pobre, visto que PB2 é mais pobre do que PB1 e PB1 mais pobre que PE. Dessa forma, pode-se, então, “falar de uma gradação da riqueza de AGR” (cf. TAVARES SILVA, 2004, p. 248). Inferimos, portanto, que AGR é mais rico em PE do que em PB. Vejamos agora a análise elaborada por Galves (2001).

A partir da proposta de Roberts (1993), Galves (2001) apresenta uma explicação para caracterizar a natureza de AGR no PB e no PE, para tanto propõe uma noção de pessoa sintática e pessoa semântica. A pessoa sintática pode ser caracterizada como um traço sintático que admite apenas dois valores: positivo e negativo dos traços de pessoa e número. Veja-se em (15) as desinências pessoais do PB³³ conforme verificado em Galves (*op. cit.*, p. 111):

- | | | |
|------|--------------------|-----------------|
| (15) | + pessoa/ - plural | -o (canto) |
| | + pessoa/ + plural | -mos (cantamos) |
| | - pessoa/ + plural | -m (cantam) |
| | - pessoa/ - plural | -0 (canta) |

A autora propõe que no paradigma do PB a pessoa é sintática já que perdeu uma distinção semântica para pessoa. No paradigma do PE, a pessoa é semântica uma vez que possui distinção para todas as pessoas. Desta forma, considera AGR rico em PE, mas pobre em PB.

Partindo desta observação, Costa e Figueiredo Silva (2006) analisaram o paradigma verbal do PB1 e do PB2 no presente do indicativo e observaram que no PB1, o número é o

³³ Nesta pesquisa, Galves não faz distinção entre PB1 e PB2, os dados analisados por ela são semelhantes aos dados do PB1 (apresentado no exemplo (14)).

traço distintivo da morfologia verbal, já no PB2, é a pessoa, como podemos observar nos exemplos (16) e (17):

- (16) PB1: + pessoa/ - plural -o
 +pessoa/ + plural -mos
 - pessoa/ - plural -a
 - pessoa/ + plural -m

- (17) PB2: +pessoa/ - plural -o
 -pessoa/ - plural -a

Percebe-se que em PB2 há apenas duas distinções: primeira pessoa do singular e as outras especificadas pelo morfema \emptyset (cf. (14)).

Considerando a análise de Galves, AGR é rico em PE uma vez que as três pessoas do discurso são distintas, já em PB por não haver distinção entre todas as pessoas, AGR é pobre. Partimos agora para a análise de Vikner (1997).

No que tange à correlação entre flexão verbal e movimento do verbo, Vikner (1997) *apud* Tavares Silva (2004) objetiva explicar o que motiva o movimento visível de V para I. Dentre várias hipóteses elaboradas, o autor defende a seguinte³⁴:

- (18) Movimento de V^o para I^o se e somente se todos os tempos são flexionados para pessoa.

³⁴ V^o e I^o corresponde ao núcleo de VP e IP, respectivamente.

Segundo ele, línguas que possuem esse movimento têm morfologia de pessoa presente em todos os tempos verbais. Assim, pode-se dizer que com a perda morfológica das pessoas do paradigma a morfologia de flexão verbal se enfraquece.

Ao observar o paradigma de flexão verbal no presente do indicativo (cf. (19)) e no pretérito perfeito simples do indicativo (cf. (20)), verificamos que a especificação gramatical fornecida pelos morfemas possibilita visualizar a distinção da primeira pessoa do singular das outras pessoas nos paradigmas do português. O que não ocorre, por exemplo, com o inglês, já que não é possível distinguir as pessoas do paradigma verbal em todos os tempos, sendo, portanto, uma língua em que não há movimento de V^0 para I^0 , como se verifica nos quadros a seguir:

(19)

PB1	PB2	PE	Inglês
Eu canto	Eu canto	Eu canto	I sing
-----	-----	Tu cantas	You sing
Você/ ele(a)/ a gente canta	Tu/ você/ ele(a) nós/ vocês/ eles(as) canta	Você/ ele(a)/ a gente canta	He/ she/ it sings
Nós cantamos	-----	Nós cantamos	We sing
-----	-----	-----	You sing
Vocês/ eles(as) Cantam	-----	Vocês/ eles(as) cantam	They sing

Conjugação no tempo presente do verbo “cantar” no PB1, PB2, PE e inglês.

(20)

PB1	PB2	PE	Inglês
Eu cantei	Eu cantei	Eu cantei	I sang
-----	-----	Tu cantaste	You sang
Você/ ele(a)/ a gente cantou	Tu/ você/ ele(a) nós/ vocês/ eles(as) cantou	Você/ ele(a)/ a gente cantou	He/ she/ it sang
Nós cantamos	-----	Nós cantamos	We sang
-----	-----	-----	You sang
Vocês/ eles(as) Cantaram	-----	Vocês/ eles(as) cantaram	They sang

Conjugação no tempo passado do verbo “cantar” no PB1, PB2, PE e “to sing” no inglês.

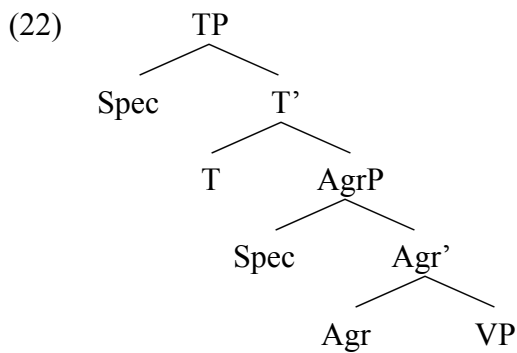
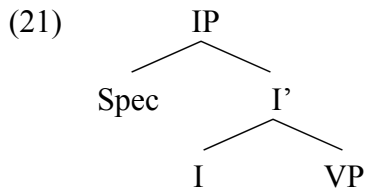
Tendo em vista as propostas supracitadas, é possível afirmar que nos paradigmas do português a morfologia flexional é rica já que a morfologia de pessoa está presente em todos os tempos verbais, assim sendo, seguindo a hipótese de Vikner (1997), há movimento de V^o para I^o. Enquanto, na língua inglesa, esse fenômeno não ocorre, uma vez que, segundo Vikner, é uma língua de morfologia verbal pobre.

Para verificarmos melhor essa questão do movimento de V^o para I^o, vejamos algumas propostas do movimento do verbo na próxima seção.

2.2.1. Proposta para o movimento do verbo

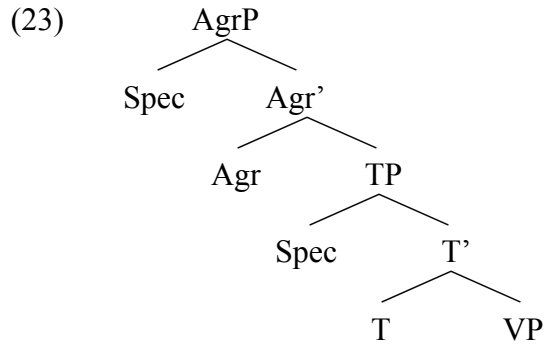
De acordo com o trabalho de Pollock (1989), para se falar da estrutura frasal de uma língua, teria que se considerar o movimento do verbo. A partir de sua análise comparativa entre o francês e o inglês, o autor chega à conclusão de que a categoria funcional IP é, de fato, composta por duas projeções independentes, TP (do inglês *Tense Phrase*, (Grupo Temporal))

e AgrP, contrariamente à análise de modelos anteriores à sua proposta, como à de Chomsky (1981), em que eram considerados dois componentes de um único nódulo de Infl (flexão). Partindo da observação de Pollock (1989), teríamos uma configuração como em (22) exemplificada, diferentemente da que era considerada anteriormente, demonstrada em (21):



Belletti (1990), adotando a versão do Princípio do Espelho³⁵ de Baker (1985), modifica a proposta de Pollock (*op. cit.*), concluindo que a projeção flexional mais alta da frase deve ser AgrP (nomeadamente concordância), dada a ordem linear dos morfemas ligados ao verbo nas línguas românicas, por exemplo. Conseqüentemente, no final da derivação, a flexão tem como núcleo a concordância, visto que é o elemento mais alto ao qual o Tempo junto com o verbo se afixam:

³⁵ Formulação de Baker citada por Belletti (1990): “As derivações morfológicas devem refletir diretamente as derivações sintáticas (e vice-versa)”.



Longas discussões são realizadas para definir se T domina Agr, como proposto por Pollock, ou se Agr domina T, como proposto por Belletti (*op. cit.*). Chomsky (1989) formula, então, a distinção entre duas projeções AgrP, na qual T ao mesmo tempo domina e é dominado por Agr: uma está relacionada à concordância do sujeito (Agr_s) a outra, à concordância do objeto (Agr_o). Segundo Galves (2001, p. 222), “Agr se torna uma categoria incontornável, que aparece também internamente ao DP e que se multiplica na oração”.

Antes de Pollock (1989), algumas propostas foram elaboradas considerando Agr como um conjunto de traços formais. Essa categoria também é sugerida por Rizzi (1990, p. 52) *apud* Galves (2001, p. 246), quando afirma que “AGR tanto pode ser um núcleo independente com sua própria projeção flexional autônoma (AGRP), como pode ser associado a um outro núcleo como um traço ou um conjunto de traços”.

Pollock (1989) assume que no inglês não há movimento de V para I, vejamos seus argumentos na seção que se segue.

2.2.2. Evidências do movimento de V para T

Pollock (1989) *apud* Tavares Silva (2004) ao observar o comportamento de advérbios de VP como *freqüentemente*³⁶ e quantificadores flutuantes como *todos*³⁷, no inglês e no francês, concluiu que no inglês não há movimento de V para I na sintaxe, ao contrário do francês. De acordo com o autor, nas sentenças declarativas do inglês não há movimento do verbo na sintaxe uma vez que ele aparece anteposto³⁸ a esses advérbios e quantificadores, o que implica afirmar que não há movimento de V para I, ao passo que no francês o verbo aparece posposto, assim, move-se até o núcleo mais alto dessa categoria funcional. Observem-se as sentenças em (24) e (25)³⁹:

- (24) a. *John kisses often Mary. (inglês)
 “O João beija freqüentemente a Maria”.
- b. Jean embrasse souvent Marie. (francês)
 “O João beija freqüentemente a Maria”.
- c. John often kisses Mary.
 “O João freqüentemente beija a Maria”.
- d. *Jean souvent embrasse Marie.
 “O João beija freqüentemente a Maria”.

³⁶ No inglês *often*, no francês *souvent*.

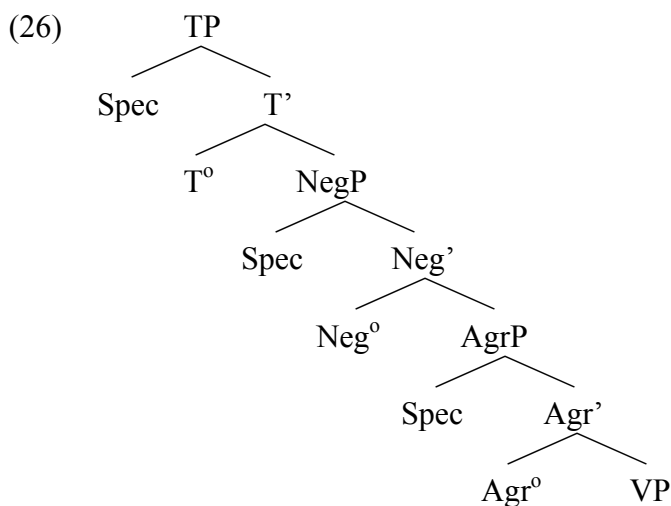
³⁷ No inglês *all*, no francês *tous*.

³⁸ Exceto para o verbo *to be* “ser”. Em estruturas com esse tipo de verbo o advérbio vem posposto ao verbo.

³⁹ Essas sentenças foram retiradas de Tavares Silva, p. 340 e 341.

- (25) a. *My friends love all Mary. (inglês)
 “Meus amigos amam todos a Maria”.
- b. Mes amis aiment tous Marie. (francês)
 “Meus amigos amam todos a Maria”.
- c. My friends all love Mary.
 “Meus amigos todos amam a Maria”.
- d. *Mes amis tous aiment Marie.
 “Meus amigos todos amam a Maria”.

Conforme já apresentado acima, Pollock (1989) propôs a cisão da categoria funcional IP em duas projeções independentes, TP e AgrP. Nas frases negativas, uma projeção máxima NegP intervém entre essas duas primeiras projeções:



Segundo ele, quando entre a negação e o advérbio aparece o verbo, há o “movimento curto” do verbo, isto é, este se movimenta para a posição do núcleo flexional mais baixo, Agr°; ao passo que, quando o verbo aparece antes da negação e do advérbio, há o “movimento longo” do verbo, isto é, este se movimenta para a posição do núcleo flexional mais alto, T°. Pollock (1989) assume, em linhas gerais, que o movimento do verbo em línguas como o

francês está relacionado com a “transparência” do núcleo funcional Agr que permite a atribuição dos papéis temáticos e movimento do verbo, sendo esta a causa da riqueza morfológica da flexão verbal. Dessa forma, assume que no inglês não há movimento V para I, e sim, que ocorre um movimento de “descida” de I para V na sintaxe, o que é um problema para a teoria, uma vez que esta não permite movimento de “descida”⁴⁰ de nenhum elemento das árvores.

Conforme dito, Pollock (*op. cit.*) atribui à causa da riqueza morfológica da flexão verbal ao movimento do verbo. Por sua vez, Vikner (1997) acredita que o movimento do verbo é consequência da riqueza morfológica da flexão verbal. Assim, Vikner formula uma generalização de que a morfologia rica que motiva o movimento do verbo está relacionada à morfologia de pessoa, presente em todos os tempos verbais.

Tomando como base os paradigmas flexionais do PB e do PE, no presente do indicativo e no pretérito, assumimos com Tavares Silva (2004) que em ambas as línguas há morfologia flexional rica, uma vez que a morfologia de pessoa está presente em todos os tempos verbais.

As frases em (27) do PB e do PE e as de (28) do francês corroboram a proposta de Pollock (1989): advérbios de VP e quantificadores flutuantes podem ocorrer entre o verbo e o seu complemento, o que corrobora a idéia de que o verbo se move até T nessas duas línguas⁴¹.

- (27) a. O João beija frequentemente a Maria.
b. As crianças beijam todas a Maria.

⁴⁰ Uma operação em que I desce para V (*Lowering*) viola o Princípio da Categoria Vazia (doravante PCV), pois neste, o vestígio I não é comandado por I pelo fato de o movimento de descida não ser legítimo na sintaxe, ao contrário de *Raising* (movimento de subida) (cf. TAVARES SILVA, 2004, p. 388).

⁴¹ Exemplos extraídos de Tavares Silva, 2004, p. 347.

(28) a. Jean embrasse souvent Marie.

“O João beija freqüentemente a Maria”.

b. Mes mis aiment tous Marie.

“Meus amigos amam todos a Maria”.

Diferente do francês, no PB e no PE, o advérbio *freqüentemente* bem como o quantificador flutuante *todos* podem ocupar, também, a posição pré-verbal, como mostram as sentenças abaixo:

(29) a. O João freqüentemente beija a Maria.

b. As crianças todas beijam a Maria

(30) a. *Jean souvent embrasse Marie.

“O João freqüentemente beija a Maria”.

b. *Mes amis tous aiment Marie.

“Meus amigos todos amam a Maria”.

Embora advérbios e quantificadores ocorram em posição pré-verbal (cf. (29)) e pós-verbal (cf. (30)), o movimento de V para I na sintaxe de ambas as línguas não é opcional⁴², o que nos leva a afirmar que o movimento do verbo é obrigatório em ambas as línguas (cf. COSTA e GALVES, 2002). Tendo isso em vista, e assumindo a cisão da categoria funcional IP em AgrP e TP, resta saber se o verbo se move para o núcleo flexional mais alto (Agr) ou para o núcleo flexional mais baixo (T). Ao contrário do que é defendido por Figueiredo Silva

⁴² Costa e Galves (2002) apresentam argumentos convincentes para afirmar que no PB e no PE o movimento de verbo não é opcional, remetemos o leitor a esse trabalho para maiores detalhes.

(1996), conforme veremos na subseção 2.2.2.1. Costa e Galves (2002) apresentam evidências de que o verbo não se move para o núcleo mais alto, mas pousa em T.

2.2.2.1. Movimento de V para T em PB e em PE

O movimento do verbo na sintaxe do PB e do PE é motivado pelo fato de a morfologia de pessoa estar presente em todos os tempos verbais, como vimos na seção anterior. Entretanto, o lugar para o qual o verbo se move, nessas línguas, não foi explorado.

Conforme já mencionado, Costa e Galves (2002) comprovam a não opcionalidade do movimento do verbo no PB e no PE mostrando algumas evidências, entre elas, “posição distinta para advérbios que são ambíguos entre uma leitura de modo e uma leitura orientada para o sujeito”.

- (31) O Pedro inteligentemente leu o livro. (leitura orientada para o sujeito/ *leitura de modo)
- (32) O Pedro leu inteligentemente o livro. (*leitura orientada para o sujeito/ Leitura de modo)
- (33) Pierre lit *intelligement* le livre. (leitura orientada para o sujeito/ leitura modo)

Esses autores observam que advérbios com leitura orientada para o sujeito estão adjungidos à projeção TP, ou seja, o verbo se move até o núcleo T (cf. (31)), e os advérbios de modo estão adjungidos ao VP (cf. (32)). Entretanto, no francês (cf. (33)), a ambigüidade ocorre entre a leitura de orientação para o sujeito e a leitura de modo do advérbio que segue

obrigatoriamente o verbo, este por sua vez, move-se para o núcleo mais alto da frase, nomeadamente Agr.

A discussão feita até o momento foi com base nos pressupostos da Teoria Gerativa, todavia, na seção 2.3., vai ser apresentada uma análise que assumirá que a concordância de número não pode ser explicada apenas em termos do movimento do verbo, é necessário uma interface entre a sintaxe e a morfologia para poder explicar diferenças existentes entre o PB e o PE.

2.3. UMA PROPOSTA DE ANÁLISE DA MORFOSSINTÁTICA

Tecemos algumas considerações sobre a visibilidade da concordância morfológica entre o DP pronominal e a flexão verbal, tomando por base o trabalho desenvolvido por Costa e Figueiredo Silva (2006). É importante destacar que partimos do trabalho desses autores, embora os mesmos tratem apenas da concordância verbal, para uma reflexão acerca do fenômeno da concordância entre o DP *a gente* e o SPred (Sintagma Predicativo).

Esses autores assumem que a distinção entre o PB e o PE reside no tipo de morfema associado com a pluralidade. Eles fundamentam esta pesquisa na perspectiva teórica da Morfologia Distribuída (HALLE e MARANTZ, 1993; HARLEY e NOYER, 1999) e assumem a distinção entre morfema *singleton* e morfema dissociado. Como vemos, o morfema de pluralidade em PB1 e PB2 correlaciona-se com o morfema *singleton*, e no PE, com o morfema dissociado.

2.3.1. Visibilidade da concordância: diferença entre o PB e o PE

Nos três paradigmas do português⁴³, segundo a análise de Costa e Figueiredo Silva (2006), os padrões de concordância são diferentes. O PE é uma língua em que a visibilidade da concordância morfológica é demonstrada em todos os elementos capazes de portar esse tipo de morfologia, conforme se observa nos exemplos em (34)⁴⁴:

- (34) Dados do PE
- a. Os meninos comeram o doce.
 - b. *Os meninos comeu o doce.
 - c. Muitas florestas arderam.
 - d. *Muitas florestas ardeu.
 - e. As casas parecem bonitas.
 - f. *As casas parecem bonita.
 - g. As casas foram destruídas.
 - h. *As casas foram destruída.
 - i. Os carros tão lindos.

⁴³ Não deteremos nossa atenção sobre a concordância estabelecida ou não no domínio interno do DP.

(i) *Os meninos* comeram tudo.
 (ii) *Os menino* comeu tudo.

⁴⁴ Os exemplos em (34), (35) e (36) foram retirados de Costa e Figueiredo Silva, 2006.

Diferentemente do PE, a concordância no PB⁴⁵ pode ou não ser morfológicamente visível, conforme apresentado em (35) para o PB1 e em (36) para o PB2.

(35) Dados do PB1

- a. Os menino comeram o doce.
- b. Os menino tossiram.
- c. Queimou umas florestas.
- d. As casa parecem bonitas.
- e. Os carro tão lindo.

(36) Dados do PB2

- a. Os menino comeu o doce.
- b. Os menino tossiu
- c. Umas floresta queimou.
- d. As casa parece bonita.
- e. Os carro tá lindo.

Dadas as sentenças em (35) e (36), verifica-se que os paradigmas de PB1 e PB2 são distintos, já que neste, o traço relevante é o de pessoa, e daquele, o de número. De acordo com a proposta de Galves (cf. seção 2.2.), o traço de pessoa no paradigma verbal de PB1 e PB2 é sintático e não semântico, uma vez que só há combinação de traços de número e pessoa. Vejamos a combinação desses traços em (16) e (17) e que se repetem aqui em (37) e (38):

⁴⁵ É importante dizer que os dados utilizados pelos autores para o PB são dados do português coloquial, portanto, no português “culto” há visibilidade de concordância tanto no DP quanto na flexão verbal e no predicativo. Observe-se as sentenças abaixo do português “culto” do PB:

- (i) Os meninos estudam diariamente.
- (ii) As crianças comem sentadinhas.
- (iii) Os tomates foram vendidos.

- (37) PB1: + pessoa/ - plural -o
 +pessoa/ + plural -mos
 - pessoa/ - plural -a
 - pessoa/ + plural -m

- (38) PB2: +pessoa/ - plural -o
 -pessoa/ - plural -a

Em PB1, o número é o traço distintivo da morfologia verbal, já no PB2, a distinção dá-se apenas entre a primeira pessoa do singular e todas as outras especificadas pelo morfema \emptyset .

A partir das sentenças apresentadas em (34), (35) e (36), podemos dizer que há distinção entre os três paradigmas do português. Observamos que em PE, tanto no domínio interno do DP quanto entre o DP (sintagma determinante) e o núcleo flexional, a concordância é estabelecida. Já em PB1 e PB2, não há visibilidade de concordância entre o D e N, mas, diferentemente do PB2, há, no PB1, concordância entre o D e a flexão verbal.

É importante esclarecer que os dados utilizados pelos autores são dados do PB coloquial, entretanto, como falantes nativos do PB, afirmamos que no PB “culto” também existem sentenças como as ilustradas no exemplo (34). Vejamos a análise proposta por esses autores na seção 2.3.2.

2.3.2. Proposta de Costa e Figueiredo Silva (2006)

Analisando a visibilidade da concordância morfológica no português, Costa e Figueiredo Silva (2006) assumem que a morfologia verbal de número não pode ser explicada apenas em termos de movimento do verbo⁴⁶, pois se se considerasse apenas esse movimento, não teria como explicar as diferenças morfológicas apresentadas em (34), (35) e (36).

Segundo os autores, a visibilidade da concordância de número não está relacionada com o lugar para onde o verbo se move, mas, com o tipo de morfema associado com a pluralidade e com a configuração de Spec/ Head desencadear ou não concordância visível.

Esses autores, seguindo o pressuposto distribucionista, assumem que morfemas podem se adjungir a núcleos independentemente de movimento. Dessa forma, os lingüistas afirmam que um morfema pode se realizar ou como um morfema *singleton* ou como um morfema dissociado. Um morfema dissociado, segundo Embick e Noyer (2001), não figura na sintaxe propriamente dita, este morfema é inserido após *spell-out*, ou seja, no componente morfológico.

No PE, segundo Costa e Figueiredo Silva, a pluralidade é expressa em todas as categorias capazes de portar esse tipo de morfologia (cf. (34))⁴⁷. Levando em conta que esse fato pode ser uma consequência para o morfema [plural] ser dissociado, os autores formularam a seguinte hipótese para o português:

⁴⁶ Para os autores, não haveria diferença significativa em relação ao movimento de V para I entre o PB e o PE que permitiriam postular diferentes locais de pouso para o verbo. Para tanto, Costa e Galves (2002) mostraram que em ambos os dialetos o verbo parece se mover de V para T, não alcançando o núcleo funcional mais alto do domínio IP, nomeadamente Agr. Dessa forma, o movimento de V^o para T^o explica o fato de que tanto no PB quanto no PE, o verbo pode aparecer entre muitas classes de advérbios e preceder ou seguir quantificadores flutuantes, conforme apresentado na seção 2.2.2.

⁴⁷ Nós constatamos, com base nos dados de Pereira (2003), que no PE há a possibilidade de não ocorrer a marca de pluralidade em todas as palavras de uma sentença (cf. exemplo (2b) deste trabalho).

(39) Morfema [plural] em português

- a. [plural] é um morfema *singleton* em PB.
- b. [plural] é um morfema dissociado em PE.

A diferença entre o PB e o PE se dá a partir do tipo de morfema associado com a pluralidade, o que leva os autores a defenderem que [plural] é um morfema dissociado apenas em PE e não em PB. Sendo assim, em PE, todos os elementos capazes de exibir morfologia de plural carregarão estas marcas, o que não ocorre em PB, em que [plural] é adjungido ao elemento que ancora a informação concernente ao número.

Em PE, os elementos carregarão as marcas morfológicas de plural independentemente da existência de movimento e de configurações Spec/ Head, uma vez que para se obter concordância visível, uma configuração de Spec/ Head pode ser exigida, mas não é obrigatória. A ausência de concordância morfológica visível entre o núcleo funcional e o DP não pode servir como argumento de que esta configuração não foi estabelecida. Em línguas como o inglês, por exemplo, a marca de pluralidade aparece apenas no DP e não na flexão verbal, no entanto, ocorre configuração Spec/ Head, como se observa na sentença abaixo:

(40) The students study in the classroom.

“Os alunos estudam na sala de aula”.

Através dessa afirmação, observa-se a diferença entre o PB1 e o PB2, em que, em PB1, uma configuração Spec/ Head entre o sujeito e o núcleo flexional fornece concordância visível, o que não ocorre em PB2, já que a configuração Spec/ Head não é obrigatória, ou seja,

a concordância morfológica visível em PB1, em que a flexão verbal é distintiva em relação ao número, é resultado do movimento do verbo, movimento esse obrigatório para efetivação da concordância. Para explicar apenas uma marca morfológica de plural em um constituinte, em PB, os autores, seguindo Enç (1991), afirmam que D é o núcleo que liga o DP à sua interpretação em LF, dessa forma, o morfema de plural é realizado neste núcleo, que é morfológicamente capaz de carregar esta marca. Como no PB é possível apenas uma única marca de plural⁴⁸, o morfema [plural] não é dissociado, ou seja, não faz parte de uma operação pós-sintática.

Vemos na seção que se segue que esta análise não pode dar conta do fenômeno em questão haja vista que há no PE sentenças cujos elementos podem ou não comportar a marca morfológica de número.

2.3.2.1. Concordância com o predicativo

Veamos os exemplos de concordância com o predicativo em PE (cf. (41)) e em PB1 (cf. 42) seguindo a análise de Costa e Figueiredo Silva (op. cit.)⁴⁹:

(41) a. As casas parecem *bonitas*.

b. As casas foram *destruídas*.

(42) a. As casa parecem *bonita*.

b. As casa foram *destruída*.

⁴⁸ Esse comportamento é observado em PB2, como por exemplo: *As casa parece bonita* (cf. (36d), grifo meu).

⁴⁹ Sentenças retiradas de Costa e Figueiredo Silva (2006).

Em PE, a visibilidade de concordância de número é atestada em todos os elementos, inclusive no predicativo. Em PB1, a concordância ocorre apenas entre o D e a flexão verbal, enquanto que com o predicativo não há concordância morfológicamente visível⁵⁰. Conforme apresentado, a concordância entre o D e o verbo, em PB1, é uma consequência da relação de concordância Spec/ head. Dessa forma, só haverá concordância (morfológicamente visível, já que concordância estrutural ocorrerá) quando os sujeitos estiverem nessa configuração com o núcleo autorizado a exibir a concordância visível. Se a relação entre sujeito e predicado não for de Spec/ head, não haverá configurações necessárias para a concordância visível, ao contrário do PE, em que, independentemente do tipo de relação configuracional existente entre o sujeito e o núcleo, a marca de número aparecerá, já que a inserção do morfema [plural] é pós-sintática.

Seguindo esse pressuposto, observemos as sentenças do exemplo (2) que se repetem aqui no exemplo (43)⁵¹:

(43)

SENTENÇAS	TESTE DE GRAMATICALIDADE	
	PB	PE
a. A gente está cansado/ cansada.	✓	✓
b. A gente está cansados/ cansadas.	*	✓
c. A gente estamos cansados/ cansadas.	✓	✓
d. A gente estamos cansado/ cansada.	*	*

⁵⁰ Os dados em (41) e (42) são analisados por Costa e Figueiredo Silva (2006), portanto, salientamos mais uma vez que no português “culto” há visibilidade de concordância no DP, na flexão verbal e no predicativo:

- (i) Os meninos estudam diariamente.
- (ii) As crianças comem sentadinhas.
- (iii) As bananas foram vendidas.

⁵¹ Para os traços da forma pronominal *a gente*, ver a proposta de Menuzzi (1999, 2000) nota de rodapé 6. Para maiores detalhes ver o trabalho de Costa, Moura e Pereira (2001).

Inicialmente, observamos que as sentenças (43a) e (43c) são boas para ambas as línguas. Já a sentença (43b) não é boa para o PB, em contrapartida, é boa para o PE⁵², assim sendo, conforme os dados de Costa e Figueiredo Silva (2006), em PE todos os elementos são capazes de portar a marca morfológica de número. No entanto, isso não é observado nesse exemplo, já que o PE permite realizar a marca morfológica de número no predicativo e bloquear essa mesma marca em semelhantes contextos no PB. Dessa forma, como dar conta do contraste verificado entre concordâncias do PB e PE, como o apresentado em (43b), levando em conta a proposta desses autores?

Seguindo a análise elaborada por Costa e Figueiredo Silva (2006), podemos dizer, com base na estrutura (43b) para o PE, que não deve ser levado em conta apenas o morfema dissociado para explicar a questão da pluralidade (neste caso no predicativo) nessa língua, mas também o morfema *singleton*.

Conforme se verifica na estrutura (43c) para o PB, o DP pronominal e o verbo realizam a marca morfológica de número, bem como o predicativo, o que não seria possível para essa língua tomando por base os dados de Costa e Figueiredo Silva (*op. cit.*), mas, como falantes nativos do PB, com base em nossas intuições, afirmamos que esse tipo de sentença⁵³ é possível para essa língua. Partindo desse exemplo, para o PB, e do exemplo em (43b), para o PE, observamos, portanto, que tanto um morfema dissociado quanto um morfema *singleton* podem estar ocorrendo em ambas as línguas (cf. SIBALDO, no prelo).

Portanto, podemos dizer, conforme Costa e Figueiredo Silva afirmam, que pode estar ocorrendo uma competição entre as duas gramáticas.

⁵² Os dados que comprovam a produção desse tipo de estrutura em PE são retirados de Pereira (2003, p. 29).

⁵³ Sentenças em que ocorrem marca morfológica de número em todos os elementos.

2.4. CONCLUSÕES

Neste capítulo procurou-se verificar o comportamento de AGR nas gramáticas do PB e do PE. Para tanto, seguimos a análise de Roberts (1993), Galves (2001) e Vikner (1997). Considerando as análises de Roberts e Galves, em PB AGR é mais pobre do que em relação ao PE, no entanto, ambas as línguas possuem movimento de V para I, conforme a proposta de Vikner.

Observando o movimento do verbo, constatamos com base em Costa e Galves (2002), que tanto em PB quanto em PE, o movimento é de V para T, o que não ocorre no francês, em que o verbo se move para o núcleo funcional mais alto. Esta proposta confirma a de Vikner (1997) em que a morfologia de pessoa presente em todos os tempos verbais motiva o movimento do verbo na sintaxe.

Constatou-se, a partir de Costa e Figueiredo Silva (2006), que a concordância morfológica presente em todos os elementos no PE decorre de o morfema de pluralidade ser dissociado, o que significa dizer que são necessários processos pós-sintáticos para a inserção desse morfema, diferentemente do PB, uma vez que nesta língua, os processos ocorrem na sintaxe por ser o morfema *singleton*. Entretanto, foi observado que tanto um morfema dissociado quanto um morfema *singleton* podem estar ocorrendo em ambas as línguas, o que ocasiona um problema para a proposta desses autores.

CAPÍTULO 3

UMA ANÁLISE SINTÁTICA DA CONCORDÂNCIA DE GÊNERO ENTRE O DP A GENTE E O PREDICATIVO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO E NO PORTUGUÊS EUROPEU

3.1. INTRODUÇÃO

Assumindo com Abney (1987) que o Sintagma Nominal (NP, do inglês *Noun Phrase*, (Grupo Nominal)) é inserido na estrutura funcional denominada Sintagma Determinante (DP, do inglês *Determiner Phrase*), desenvolvemos neste capítulo uma análise sobre a concordância estrutural do DP pronominal *a gente*, tanto no PB quanto no PE, verificando se há algum traço interno a esse DP que possibilite a concordância de gênero com o predicativo (ocasionando a marca morfológica de gênero nessa posição).

Para a elaboração deste capítulo realizamos na seção 3.2. uma descrição da definição das categorias funcionais e, mais especificamente, da categoria DP, fundamental para a análise proposta tendo em vista que consideramos o pronome *a gente* uma categoria DP (KATO e RAPOSO, 2005).

Na seção 3.3., verificamos o modo como a concordância de gênero no DP é tratada no modelo teórico da Gramática Gerativa. Para tanto, nos deteremos nas propostas de Ritter (1993) formuladas com base na teoria de Princípios e Parâmetros (CHOMSKY, 1980, 1981) e

na proposta de Di Domenico (1997, *apud* Name, 2002) formulada com base no Programa Minimalista (PM) (CHOMSKY, 1995 e versões subseqüentes).

E, por fim, na seção 3.4., é apresentada uma análise morfossintática realizada por Pereira (2003), a partir de dados do PE, importante para a nossa análise, haja vista que a autora trabalha com o mesmo fenômeno tratado neste trabalho. Após a análise de Pereira, será vista uma análise proposta por nós sobre o modo como se estabelece a concordância entre o DP pronominal *a gente* e o predicativo em sentenças copulares.

3.2. CATEGORIAS FUNCIONAIS E SINTAGMA DETERMINANTE

3.2.1. Categorias Funcionais

A teoria lingüística gerativista distingue os elementos do léxico em duas categorias: as categorias funcionais e as categorias não-funcionais também chamadas de categorias lexicais que se caracterizam fundamentalmente pela propriedade de atribuir papel temático a seus complementos (ABNEY, 1987).

Um fator distintivo entre esses elementos é o fato de Abney (*op. cit.*) chamar os elementos lexicais de elementos temáticos, já que a relação entre um elemento lexical e seu complemento é uma relação temática. A relação sintática entre um elemento funcional e seu complemento é uma f-seleção (seleção funcional). Dessa forma, a distinção entre as duas categorias está no traço [+/- F], em que [+ F] é o elemento funcional e [- F] o elemento temático. A presença ou não de conteúdo descritivo é um outro fator relevante na distinção

entre os elementos das duas categorias estabelecidas por Chomsky em 1995. As categorias funcionais são as que não têm conteúdo descritivo, mas contêm informações sobre propriedades gramaticais (número, gênero e caso). Chomsky diz, nas versões mais recentes do PM, que categorias funcionais têm conteúdo semântico (o que difere de conteúdo descritivo)⁵⁴.

Ao passo que a teoria se transforma, as categorias funcionais vão mudando. As categorias funcionais mais aceitas na teoria são: Compl (Complementizador), T (Tempo), v (verbo “leve”) e D (Determinante)⁵⁵.

As categorias funcionais têm um papel fundamental, tendo em vista que a teoria considera a variação entre as línguas uma consequência da força de traços das categorias funcionais (CHOMSKY, 1995).

3.2.2. O Sintagma Determinante

Segundo Radford (1997, p. 38 *apud* NAME, 2002, p. 22) “são considerados *determinantes* os itens que determinam propriedades referenciais dos nomes que acompanham”⁵⁶. Observemos o exemplo do português em (44):

⁵⁴ De acordo com Name (2002), conteúdo semântico é “uma propriedade categorial que seria especificada linguisticamente, em termos de um traço lexical, e que teria contrapartida extralingüística, como por exemplo, referencialidade”. É importante salientar que referencialidade é uma propriedade da categoria D, como veremos na seção 3.2.2.

⁵⁵ Ao longo do PM, o estatuto da categoria D tem variado, Chomsky (1995) caracteriza D como categoria funcional, entretanto, em trabalhos posteriores, (CHOMSKY, 1998) afirma que D “pertence a um sistema diferente”, sem dizer que sistema seria esse. Assumimos que D pertence à classe de categorias funcionais conforme Chomsky (1995, p. 471).

⁵⁶ Tradução feita por Name, 2002.

(44) Referencialidade: O, um, esse, aquele carro.

A, uma, essa, aquela casa.

Os artigos definidos, indefinidos e os pronomes demonstrativos são elementos que entram na estrutura sintagmática como núcleo do Sintagma Determinante.

Porém, há controvérsias na escolha de alguns elementos⁵⁷ para caracterizá-los como determinantes (D). Assim sendo, neste trabalho, optamos em considerar os pronomes pessoais retos uma categoria D, segundo a proposta de Abney (1987) que veremos na subseção que se segue.

3.2.2.1. Proposta de Abney (1987)

Abney propõe, em 1987, que o Sintagma Nominal (NP) seja inserido na estrutura da oração como um complemento de uma categoria D, configurando uma projeção que ele denomina de DP. Contudo, uma categoria funcional (Infl) projetava o VP, assim, a estrutura do NP seria similar à estrutura do VP e, conseqüentemente, a da oração. A simetria entre a configuração do NP e a configuração da oração responde a uma preocupação metodológica da teoria que busca uniformidade descritiva.

Abney propõe a categoria D para dar conta de fenômenos ligados a construções possessivas que eram tratadas como NPs.

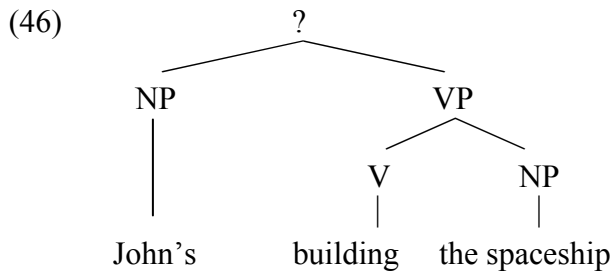
Para o desenvolvimento de sua tese, Abney (1987) se baseia nas construções possessivas com gerúndio do inglês (*Poss-ing*) e na concordância entre nome e possuidor

⁵⁷ Quantificadores, pronomes possessivos, entre outros, são elementos cuja presença entre os determinantes é discutida.

(observáveis em algumas línguas), ou seja, em estruturas *Poss-ing*, há tanto um NP quanto um VP, como observamos em (45):

- (45) John's building the spaceship
 John GEN construção a nave
 “A construção de John da nave”
 NP - John's VP - building the spaceship

Conforme a estrutura em (3), nem a categoria NP, nem a categoria VP podem ser o núcleo superior:



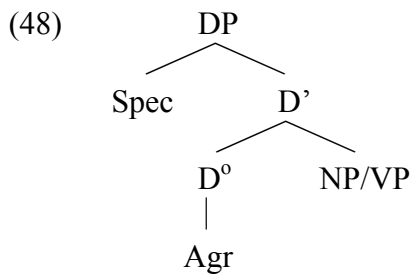
Em húngaro, assim como em inglês, a concordância entre nome e possuidor se comporta de maneira semelhante (cf. ABNEY, 1987, p. 16). Observemos os exemplos em (47):

- (47) a. Az en Kalap- om
 DET euNOM Chapéu- 2Sg
 “O meu chapéu”

- b. A te Kalap- od
 DET tuNOM cabelo-2Sg
 “O teu chapéu”

Nestes exemplos, o nome *Kalap* (chapéu) concorda com o possuidor em número e pessoa. O possuidor está no nominativo, e Caso, no Modelo de Princípios e Parâmetros (CHOMSKY, 1981, 1986), era atribuído por Agr no nível da oração.

Segundo Abney, a marca de genitivo ‘s no inglês pode ser analisada como uma marca de concordância, e propõe a seguinte estrutura para o NP:



Nesta estrutura, o NP também conteria uma projeção funcional e essa projeção teria o elemento Agr podendo atribuir o Caso ao nome localizado em Spec. D' poderia selecionar tanto um NP, como vimos no exemplo em húngaro, quanto um VP, como vimos no exemplo em inglês. Dessa forma, todo NP se encaixa em uma estrutura complexa, o DP, por sua vez, constrói, segundo Miotto, Figueiredo Silva e Lopes (2004, p. 62) “a referencialidade do NP, conferindo-lhe estatuto de argumento”.

Em relação aos pronomes, Abney (1987) propõe sua análise de pronomes como DPs que têm apenas um núcleo funcional D. Ao contrário de Picallo (1991) que propõe duas categorias funcionais como veremos mais adiante.

A partir da configuração de DP proposta por Abney (1987), surgiram outros trabalhos sobre a concordância no DP que buscavam dar conta da manifestação de gênero (e de número) no nome.

Embora o presente trabalho esteja relacionado com a concordância de gênero entre o DP e o predicativo, veremos algumas propostas da concordância de gênero no DP realizadas no âmbito da Teoria Gerativa na seção que se segue.

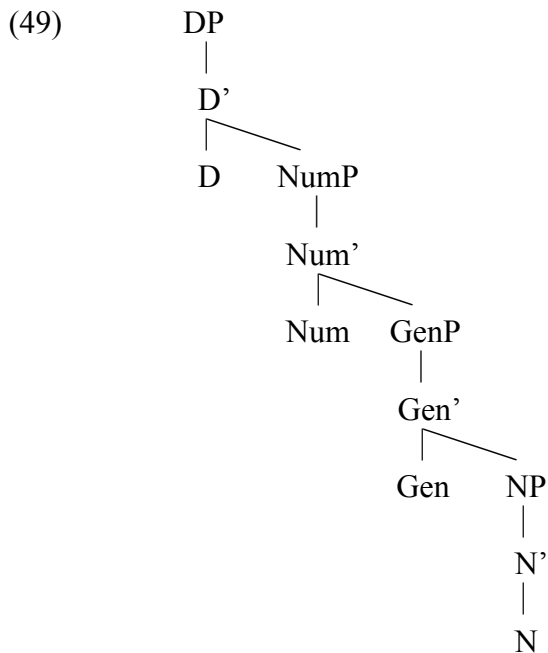
3.3. SOBRE A CONCORDÂNCIA DE GÊNERO NO DP

Nesta seção, vemos a proposta de Ritter (1993) e de Di Domenico (1997) sobre o modo como a concordância de gênero no DP é tratada na Teoria Gerativa. Apesar de não nos debruçarmos nestas propostas, é importante revê-las para observarmos como alguns autores discutem a questão do gênero no DP desde as primeiras versões da Teoria Gerativa (CHOMSKY 1980, 1981) até o PM (CHOMSKY, 1995, 2000, 2001).

3.3.1. Proposta de Ritter (1993)

Para analisarmos a proposta de Ritter (1993) é necessário nos determos, rapidamente, na proposta de Picallo (1991). Portanto, veremos primeiramente a proposta de Picallo (*op. cit.*) e a partir dela a proposta de Ritter (*op. cit.*).

Em 1991, Picallo (*op. cit.*) propõe uma categoria funcional de gênero situada entre o sintagma de número (NumP) e o sintagma nominal NP, com base no Catalão (língua que marca gênero e número no nome)⁵⁸. A configuração referida é apresentada em (49):



De acordo com a sua proposta, o nome entraria na estrutura sem marcas de gênero e número e seria movido para o núcleo funcional de gênero (GenP), onde receberia gênero; depois, movido para o núcleo funcional de número (NumP), onde receberia número.

Ao contrário da proposta de Picallo (1991), Ritter (1993) assume que gênero e número têm *status* diferente. Para ela, número seria realizado como núcleo de uma categoria funcional (NumP), uma vez que este seria atribuído ao nome na derivação através do seu movimento para essa projeção. Gênero, por sua vez, seria um traço e não uma categoria funcional. Assim, seria realizado em um dos núcleos do NP e esta escolha do núcleo variaria em função da língua.

⁵⁸ É importante ressaltar que esta proposta, bem como a de Ritter (1993), tem por base as primeiras versões da teoria de Princípios e Parâmetros (CHOMSKY E LASNIK (1993)). Nesta teoria, postulam-se os níveis de derivação *Estrutura Superficial* e *Estrutura Profunda*.

A autora compara o hebraico com algumas línguas românicas e dá dois argumentos em favor da sua proposta. O primeiro está relacionado ao fato de no hebraico a mudança de gênero ser uma estratégia produtiva de derivação lexical, sem que seja imputado ao gênero algum valor semântico particular. Ela exemplifica seu argumento através da palavra masculina *amud* “página” que ao acrescentar o sufixo feminino –a *amuda* “coluna” muda o sentido da palavra. Para Ritter (*op. cit.*), essa mudança no sentido seria um indício de que o gênero faria parte da entrada lexical, porém, a autora defende que a mudança do gênero do nome, nas línguas românicas, estaria restringida a uma relação com a prioridade sexo do elemento da classe denotada pelo nome. Assim, conforme Ritter (*op. cit.*), o nome não teria especificação de gênero até que entrasse na derivação, sendo então flexionado em gênero.

O segundo argumento dado por Ritter (*op. cit.*) é de que, no hebraico, o sufixo de plural teria informação exclusiva de número. Mesmo que o sufixo de plural tenha formas de gênero diferentes (masculino ou feminino), o gênero da base da palavra não se altera com a forma de sufixo de plural acrescentada. A palavra feminina *sana* “olho”, no plural, recebe o sufixo masculino -im *sanim* ”olhos”, todavia, a palavra permanece no feminino e a concordância com os demais sintagmas é feita com o gênero feminino.

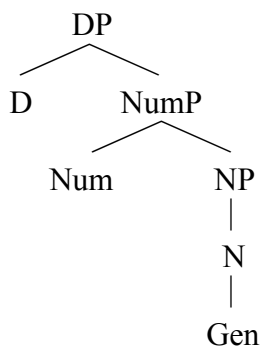
Tomando como exemplo as línguas românicas: o romeno e o francês, segundo as quais alguns nomes mudam de gênero quando passam para o plural (*amour* “amor”, em francês, é masculino no singular *l’amour enfantin* “amor infantil”, e feminino no plural *les amours enfantines* “amores infantis”), essa mudança de gênero, para Ritter (1993), é a constatação de que gênero seria atribuído na derivação, no momento em que seria atribuído número.

No entanto, essa mudança de gênero se reduz a um número reduzido de nomes e, em francês, essa mudança leva a uma mudança de sentido, o que não foi observado pela autora (“amor infantil” significa amor de criança, ao passo que “amores infantis” significa amores

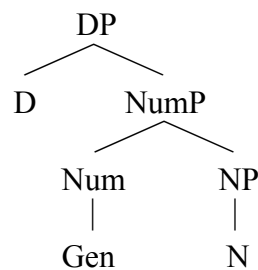
imaturos, bobos) deixando, dessa forma, a dúvida de serem ou não uma mesma entrada lexical.

A partir da comparação do hebraico com algumas línguas românicas, Ritter (*op. cit.*) conclui que o traço de gênero estaria situado no nome em hebraico, e nas línguas românicas na projeção de número (NumP). Dessa forma, propõe as configurações apresentadas em (50), em que a diferença entre os dois grupos estaria na localização do traço de gênero.

(50) a. hebraico



b. línguas românicas



Considerando apenas o fato de que estes trabalhos foram realizados com base nos pressupostos das primeiras versões da Gramática Gerativa (Teoria da Regência e Ligação (1981) e On Binding (1980)) e levando em conta que a teoria foi reformulada e existem outras versões mais recentes, podemos dizer que há problemas tanto na proposta de Picallo quanto na proposta de Ritter, já que no PM (CHOMSKY, 1995) gênero e número são caracterizados como traços e não como categoria e seus valores são especificados no léxico ou na Numeração (cf. CHOMSKY, *op. cit.*).

Vejamos a proposta de Di Domenico (1997, *apud* NAME, 2002) que realizou o seu trabalho no âmbito do PM, diferentemente de Picallo e Ritter.

3.3.2. Proposta de Di Domenico (1997)

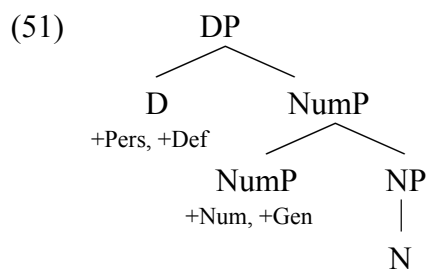
Di Domenico *apud* Name (2002) propõe, em 1997, que tanto gênero como número deveriam ser escolhidos no léxico. A entrada lexical teria de ter traço de gênero especificado (como cadeira, homem, etc.) ou traço de animacidade (gato/ -a), neste caso, o gênero seria especificado na Numeração.

No minimalismo, o gênero dos nomes em português, em uma análise em termos de traços, pode ser intrínseco ou opcional. Em nomes [- animado], tais como pedra, casa, copo etc., o traço é intrínseco. Em nomes [+ animado], o traço pode ser tanto intrínseco (mulher, criança, dentista etc.) como opcional (aluno/ a, menino/ a, amigo/a etc.). O traço intrínseco de gênero é parte integrante do nome, por sua vez, se o traço for opcional, seu valor varia e a expressão dessa opcionalidade é morfológica. Assim, nomes [+ animado] com traço opcional de gênero vão apresentar variação morfológica.

Nos nomes o traço de gênero é sempre interpretável, seja ele intrínseco ou opcional. O traço opcional de gênero nos nomes (morfológicamente visível) remete às classes naturais de gênero no português (masculino e feminino). Há casos em que o traço intrínseco é subespecificado semanticamente, e assim, não remete a uma categoria semântica específica, por isso, são considerados arbitrários.

Como é possível notar, Di Domenico caracteriza gênero e número a traços *intrínsecos* (cadeira, vítima) e opcionais (gato/ a) conforme propõe o PM. Entretanto, Chomsky (1995, 1998) considera número e gênero como um traço e não como um nó funcional. Por sua vez, a autora considera que o traço de gênero do nome (seja ele *intrínseco*, especificado na entrada lexical, ou opcional, especificado na Numeração) deveria ser checado na derivação, dessa forma, seria necessário que esse traço fosse projetado na sintaxe em algum outro nó além do

nome. Tal como Ritter havia proposto, Di Domenico propõe que o traço de gênero do nome seja projetado numa projeção de número (NumP), tratando distintamente gênero e número. O argumento que Di Domenico dá em relação a esse tratamento distinto é o de que, segundo Name (2002), “as línguas só marcam gênero quando também marcam número”, como se houvesse uma dependência do gênero em relação ao número. Assim, Di Domenico, a partir da estrutura proposta por Ritter (Cf. (50)), propõe, para o DP, a estrutura em (51):



Como já dito anteriormente, o traço de gênero no nome é interpretável, e traços interpretáveis não precisam ser checados. Neste caso, a proposta elaborada por Di Domenico não se adequa à abordagem minimalista.

Vejamos na próxima seção uma proposta para a questão do gênero diferente das propostas citadas acima.

3.4. PROPOSTA DE ANÁLISE PARA O FENÔMENO

Muitos estudos, tanto no PB quanto no PE, foram realizados sobre o comportamento da forma pronominal *a gente*, por teóricos de várias correntes lingüísticas. No âmbito da Gramática Gerativa destacam-se os estudos de Menuzzi (1999, 2000), Costa, Moura e Pereira

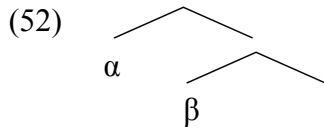
(2001), Pereira (2003) entre outros. Assumimos com esses autores que a forma *a gente* exibe comportamento de pronome, concorrendo com a forma de primeira pessoa *nós*.

Conforme já visto, foi assumido com Abney (1987) que os pronomes pessoais retos fazem parte da categoria funcional D. Portanto, neste trabalho, a forma pronominal *a gente* é considerada como um DP. Antes de iniciar a análise, fazemos uma breve discussão, na seção 3.4.1., sobre a questão da concordância segundo a proposta minimalista. Na seção 3.4.2., discorreremos sobre a análise de Pereira (2003) que trata a concordância entre o DP pronominal *a gente*, o verbo e o predicativo. E na seção 3.4.3., apresentaremos uma proposta de análise para a questão do fenômeno proposto neste trabalho.

3.4.1. A concordância no PM

Chomsky (1998) propõe um mecanismo de concordância para o nível da sentença, nomeadamente operação *Agree* (do inglês *agreement*). Nessa operação, há uma sonda (*Probe*) com traços- ϕ não valorados e não interpretáveis ($[u]$, do inglês *uninterpretable*) que valora e checa seus traços contra um alvo (*Goal*) com traços- ϕ interpretáveis ($[i]$). Os traços- ϕ (gênero, número e pessoa) não interpretáveis nas categorias funcionais (*probes*) devem ser checados e apagados antes do momento em que a derivação é enviada para os níveis de interface, ou seja, as relações de checagem ocorrem no componente aberto⁵⁹. Através da checagem de traços, a operação *Agree* permite o apagamento dos traços não interpretáveis da sonda (α) e do traço não interpretável de Caso do alvo (β), o que evita o fracasso da derivação em LF.

⁵⁹ Conferir nota 14 (p. 20).



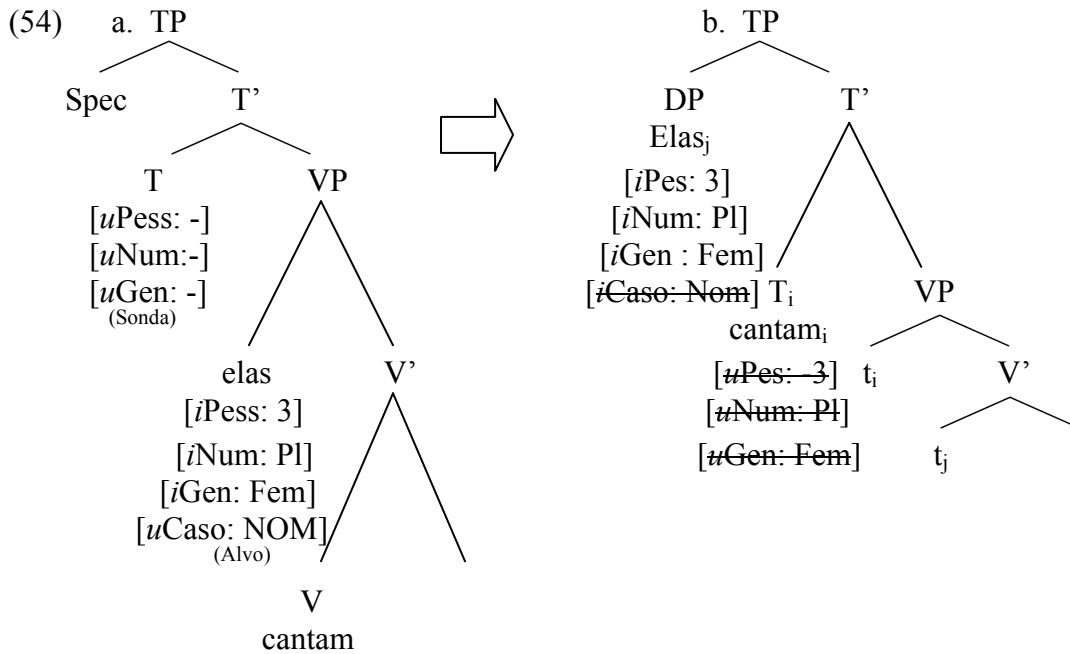
Existem algumas condições para que a operação *Agree* aconteça, como, por exemplo, as citadas em (53):

- (53)
- a. A sonda α deve possuir traços- ϕ não interpretáveis e c-comandar⁶⁰ o alvo β ⁶¹;
 - b. os traços de sonda e alvo devem combinar;
 - c. não deve haver um alvo alternativo γ tal que α c-comande γ e γ c-comande β ;
 - d. o alvo β deve estar ativo para o sistema, isto é, deve possuir um traço não interpretável de Caso a ser checado.

A sonda, ao ser inserida na derivação, sonda seu domínio de complemento em busca de um elemento nominal β ativo. Quando o encontra, α entra em relação de *Agree* com β , checando e apagando seus traços não interpretáveis, conforme ilustrado em (54):

⁶⁰ A noção de c-comando segundo Miotto *et al* (2004, p. 52): α c-comanda β se e somente se β é o irmão de α ou filho (ou neto, bisneto...) do irmão de α .

⁶¹ Neste caso o alvo deve estar no domínio de complemento da sonda.



Em (54a), a sonda α (T) possui traços não valorados e traços não interpretáveis. O alvo β (elas) possui traços interpretáveis e um traço de Caso estrutural não valorado o que permite que o alvo possa entrar em relação de checagem com a sonda (α). Assim, a sonda e o alvo se combinam, os traços não interpretáveis da sonda são valorados e apagados como os traços de Caso estrutural do alvo (54b).

Em 1999b, Chomsky propõe uma alteração na operação *Agree*, segundo ele, a interpretabilidade dos traços é determinada já no léxico, com distinção de valores: traços interpretáveis entram na derivação com valores especificados, os traços- ϕ do nome, por exemplo, entram na derivação especificados da seguinte maneira: [*iPess*: 3/ Num: Pl/ Gen: Fem]; ao passo que os traços não interpretáveis entram sem valores especificados: [~~*uPess*: -/ Num: - /Gen: -~~]. Dessa forma, a operação *Agree* valoriza e apaga os traços não interpretáveis de T, em (54b), bem como o de Caso do sujeito (que será nominativo).

De acordo com de Deus (2003, p. 13)

[...] Quando o falante nativo do português aciona a regra de concordância para realizar o gênero das palavras que se encontram no entorno de um nome, dentro de um SN, a

flexão operada pelo falante é a parte visível à Sintaxe, mas tal processamento efetuou-se antes mesmo da Sintaxe, devido o gênero ser inerente aos nomes do português, ou seja, não há necessidade de uma regra sintática para que um nome seja masculino ou feminino, podendo, entretanto, a regra sintática de concordância evidenciar esse gênero.

Levando em conta todo o aparato teórico minimalista deste trabalho, elaboramos uma proposta de análise para o fenômeno da concordância entre o DP pronominal *a gente* e o predicativo em contexto copulativo, todavia, veremos primeiramente uma proposta para o fenômeno em questão, elaborada por Pereira (2003), e em seguida, a análise por nós realizada.

3.4.2. Análise de Pereira (2003)

A análise de Pereira (2003), desenvolvida considerando a interface entre a sintaxe e a morfologia, se detém em uma descrição dos pronomes em termos da Geometria de Traços. Harley e Ritter (2000) desenvolvem uma representação geométrica para os traços de número e pessoa com base em Clements (1985) que propõe uma estrutura que se baseia na geometria de traços fonológicos. Pereira (*op. cit.*) recorre ao modelo adotado por Duarte *et al* (2002) que propõe, para o PE, a representação do subsistema dos pronomes nominativos e também analisa a aplicação da operação *Agree* entre pronomes nominativos e a categoria *Agr*.

Pereira (2003) também fundamenta a sua análise na idéia de que as derivações sintáticas ocorrem por Fases, o que captura o caráter cíclico dessa derivação (que envia progressivamente unidades fonéticas e semânticas (fases) para a componente interpretativa), conforme proposto em Chomsky (1999b).

Além de lançar mão da proposta da geometria de traços e da noção de Fases, a autora adota o modelo de gramática proposto pela Morfologia Distribuída (HALLE e MARANTZ,

1999) que, como já discutido no capítulo 1 deste trabalho, é uma teoria que tem como uma das propriedades fundamentais a inserção tardia de morfemas de itens de Vocabulário⁶².

Pereira analisa os seguintes dados:

- (55) a. A gente ficou cansado.
 b. A gente ficou cansada.
 c. A gente ficou cansados.
 d. A gente ficou cansadas.

De acordo com a análise da autora, há uma relação de concordância no domínio da *Small Clause* (doravante SC⁶³ ([_{SC} A gente cansado])). Nesse domínio, que constitui uma fase, *a gente* e os seus traços semânticos de gênero e número estabelecem uma relação de concordância com o predicado e isso constitui uma fase. Em seguida, esta fase é enviada para *Spell-Out*. Mas, o sujeito tem de ser adjungido para a posição de Spec/IP⁶⁴, a partir dessa adjunção, é derivada a segunda fase. *A gente* entra em relação de concordância com o verbo que foi adjungido a IP. A operação *Agree* volta a atuar, apagando os traços que não são interpretáveis ou que estão ativos.

Dessa forma, para a autora, é na SC que os traços semânticos de *a gente* (os traços de número e pessoa) estabelecem concordância com o predicado, permitindo as ocorrências observadas em (53).

No componente morfológico, após as operações sintáticas, são inseridos os morfemas e os itens de vocabulário. Os itens de vocabulário inseridos no predicado, na sentença em (55a), repetida em (56), são do gênero masculino e singular (traços fornecidos pela sintaxe).

⁶² Ver subseção 1.2.1.2. (capítulo 1 deste trabalho) para maiores detalhes.

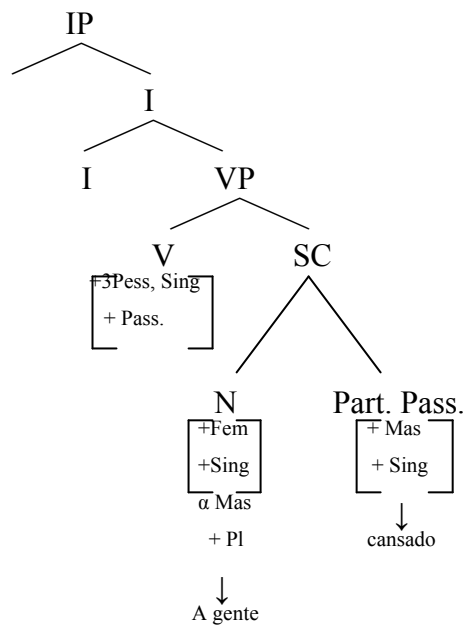
⁶³ *Small Clause* é um termo que foi introduzido por Williams em 1975 e será definida mais adiante (seção 3.4.3.).

⁶⁴ Spec (do inglês *Specifier* (Especificador)); IP (do inglês *Inflection Phrase* (Sintagma de Flexão)).

Já para a sentença em (55b), repetida em (57), os itens de vocabulário inseridos no predicado são do gênero feminino e singular.

Visualizemos essa inserção, segundo Pereira, nas configurações arbóreas⁶⁵ abaixo:

(56) A gente ficou cansado



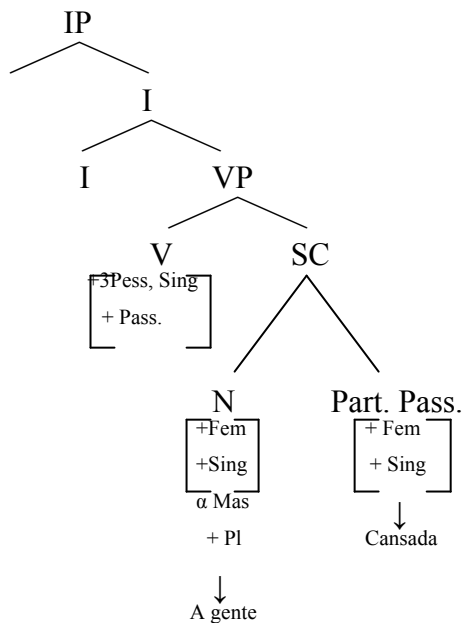
A autora trabalha com uma distinção entre traços semânticos e traços gramaticais de número e pessoa, que no caso da forma pronominal *a gente* não possuem uma mesma correspondência: os traços semânticos de pessoa e número de *a gente* são os traços de primeira pessoa do plural, enquanto que seus traços gramaticais, com o qual o verbo concorda (quando *a gente* ocupa posição de sujeito na sentença) são os traços de terceira pessoa do singular.

Os traços gramaticais de N (*a gente*) são diferentes dos traços gramaticais do particípio passado (cansado). De acordo com Pereira, o traço gramatical [+ Sing] e o traço

⁶⁵ Essas configurações são extraídas de Pereira (2003). Os traços que estão entre colchetes, são traços gramaticais, os que estão fora, são traços semânticos.

semântico [+ Masc] do pronome estabelecem concordância com o particípio. Após as operações sintáticas, os morfemas e os itens de vocabulário inseridos são de masculino singular (cansado).

(57) A gente ficou cansada



Neste caso, os traços gramaticais de gênero e número de *a gente* são iguais aos do predicado. Assim, o item de vocabulário inserido no predicado está de acordo com a informação fornecida pela sintaxe e com os traços do pronome. Segundo a autora, o pronome *a gente* “contém em si todos esses traços ditados pela sintaxe, sejam eles semânticos ou gramaticais” (p. 97). Esses traços nos pronomes, por sua vez, estão sujeitos a uma hierarquia obedecendo a uma geometria de traços “tal como os traços fonológicos”.

Assumimos com Pereira que a valoração do predicativo em relação aos traços de gênero se estabelece através da concordância entre o pronome *a gente*, que possui um traço interno de gênero, e o predicativo através da Operação *Agree*. Uma questão a ser discutida é

se de fato a forma *a gente* entra na sintaxe com os traços de gênero especificados ou não, conforme defende Pereira (2003).

3.4.3. Uma proposta de análise

Na seção 3.3. com base na proposta de Ritter (1993) e Di domenico (1997, *apud* Name, 2002) para a questão da concordância de gênero no DP, chegamos à conclusão de que elas não são adequadas para solucionar a questão da concordância entre o DP pronominal e o predicativo por questão de reformulação da teoria. Em relação à proposta de Di Domenico, concordamos com ele parcialmente, apenas quando afirma que os traços de gênero são especificados na entrada lexical, conforme será visto mais adiante.

O fenômeno analisado nesta seção é o da concordância entre o DP pronominal *a gente* e o predicativo em contexto copulativo, como mostra o exemplo (58):

- (58) a. A gente está cansada.
b. A gente está cansado.

Conforme já discutido anteriormente, a marca de gênero é morfologicamente visível apenas no predicativo, o DP pronominal *a gente*, contudo, não possui marca de gênero visível. Então, como explicar a concordância em (58) levando em conta a ausência visível de traços gramaticais de gênero no DP pronominal *a gente*?

Nossa hipótese é a de que haja um traço (de gênero) interno ao DP pronominal, possibilitando, assim, a concordância na SC com o predicativo através da operação *Agree*, seguindo o que foi proposto em Pereira (2003).

A não realização morfológica desse traço é uma propriedade não apenas particular do português (brasileiro e europeu), mas também de outras línguas. A manifestação morfológica de gênero no predicado que entra em concordância com essas formas pronominais na sentença pode ser pensada como resultante da especificação de traços de gênero do predicativo a partir de operação de concordância entre este e a forma pronominal. Vamos observar como a manifestação morfológica de gênero se dá em algumas línguas, como o português, o hebraico, o espanhol e o inglês, a fim de ilustrar essa idéia. É relevante ressaltar que tomaremos como exemplo apenas o pronome de primeira pessoa do singular: *eu* (PB e PE)⁶⁶, *Any* (hebraico), *yo* (espanhol), *I* (inglês), tendo em vista que essa forma pronominal (primeira pessoa) é a única que não apresenta o traço de gênero morfológicamente visível nas línguas acima supracitadas⁶⁷.

Em relação ao português, já sabemos como a concordância entre a forma pronominal de primeira pessoa singular se dá com o predicativo, em relação a traços de gênero, como mostra (59):

(59) Eu estou cansada.

Em (59), vemos que a marca de gênero é morfológicamente visível apenas no predicativo, já no pronome (de primeira pessoa do singular) e no verbo a marca de gênero não é atestada.

No sistema pronominal do hebraico, a primeira pessoa do singular e do plural⁶⁸ não apresenta marca morfológica de gênero, já no verbo e no predicativo essa marca é morfológicamente visível. Observemos no exemplo (60) a transliteração no presente do

⁶⁶ A forma pronominal *eu* apresenta os mesmos traços em ambas as línguas.

⁶⁷ Embora no português não haja marca de gênero morfológicamente visível em alguns pronomes pessoais do caso reto, há línguas, como o hebraico, por exemplo, que apresenta gênero em todas as formas com exceção da primeira pessoa do singular e do plural.

⁶⁸ Primeira pessoa do singular “Any” e primeira pessoa do plural “Anachnu”.

indicativo que mostra alguns dados⁶⁹ em que os traços de número e de gênero são morfologicamente visíveis no verbo⁷⁰:

(60) Conjugação do presente do indicativo do hebraico

	a. Ohev “amar”	b. Medaber “falar”
1SgMasc	Any ohev “eu amo”	Any medaber “eu falo”
1SgFem	Any ohev-et “eu amo”	Any medaber-et “eu falo”
2SgMas	Atah ohev “Tu amas”	Atah medaber “Tu falas”
2SgFem	At ohev-et “Tu amas”	At medaber-et “Tu falas”
3SgMasc	Hu ohev “Ele ama”	Hu medaber “Ele fala”
3SgFem	Hi ohev-et “Ela ama”	Hi medaber-et “Ela fala”
1PlMasc	Anachnu ohav-im “Nós amamos”	Anachnu medaber-im “Nós falamos”
1PlFem	Anachnu ohavot “Nós amamos”	Anachnu medaber-ot “Nós falamos”
2PlMas	Atem ohav-im “Vós amais”	Atem medaber-im “Vós falais”
2PlFem	Aten ohav-ot “Vós amais”	Aten medaber-ot “Vós falais”

⁶⁹ Dados retirados de Richman (2008).

⁷⁰ Para maiores detalhes sobre a concordância do sistema pronominal no hebraico ver Ritter (1995).

	“Vós amais”	“Vós falais”
3PlMas	Hem ohav-im	Hem medaber-im
	“Eles amam”	“Eles falam”
3PlFem	Hen ohav-ot	Hen medaber-ot
	“Elas amam”	“Elas falam”

É interessante notar que no hebraico a marca de gênero não é manifestada visivelmente apenas nas primeiras pessoas, tanto do singular quanto do plural, nas demais formas pronominais o gênero é morfologicamente visível. Na segunda pessoa do singular masculino, temos o sufixo *-ah* marcando o número e o gênero, já a ausência de marca morfológica no pronome marca a segunda pessoa do feminino. Para a terceira pessoa pronominal do singular, temos duas formas: *hu* e *hi*, a primeira marca para o masculino (*ele*) e a segunda para o feminino (*ela*). Na segunda e terceira pessoa do plural, temos o sufixo *-im* que marca o plural masculino, ao passo que *-ot* marca o plural feminino.

Em se tratando do verbo, há no hebraico, como já dito, marca de número e gênero em todas as pessoas do paradigma. No masculino singular, a ausência de marca morfológica no verbo marca o número e o gênero para as três pessoas do singular. Por sua vez, o sufixo *-im* marca o número e o gênero para as três pessoas do masculino plural.

No feminino, o sufixo *-et* marca o número e o gênero das três pessoas do singular. E, por fim, o sufixo *-ot* marca o número e o gênero do feminino na primeira, segunda e terceira pessoas do plural.

Tomemos os exemplos de primeira pessoa do hebraico “Any ohev” (eu amo - masculino) e “Any ohev-et” (eu amo – feminino). Nesses exemplos, a marca de gênero não é manifestada morfologicamente no pronome, mas no verbo essa marca é morfologicamente visível.

Com base no exposto acima, é possível afirmar que esse comportamento é realizado também no português. A diferença é que a marca morfológica de gênero não está visível nem no DP pronominal (em alguns casos) nem no verbo, ao contrário do hebraico que está visível.

No espanhol (língua oriunda do latim), assim como no português, nem a forma pronominal de primeira pessoa do singular nem os verbos apresentam manifestação morfológica de gênero. Já no predicativo há presença morfológica de gênero. Vejamos os dados dessa língua em (61)⁷¹:

(61) Dados do espanhol

Singular	Plural
a. Estoy cansado. “Eu estou cansado”	g. Nosotros estamos cansados. “Nós estamos cansados”
b. Estoy cansada. “Eu estou cansada”	h. Nosotras estamos cansadas. “Nós estamos cansadas”
c. Estás cansado. “Tu estás cansado”	i. Vosotros estáis cansados. “Vós estais cansados”
d. Estás cansada. “Tu estás cansada”	j. Vosotras estáis cansadas. “Vós estais cansadas”
e. Él está cansado. “Ele está cansado”	l. Ellos están cansados. “Ellos estão cansados”
f. Ella está cansada. “Ela está cansada”	m. Ellas están cansadas. “Elas estão cansadas”

⁷¹ Dados extraídos de Martínez (1999).

Nos dados do espanhol “... todas las formas del pronombre tienen marcas explícitas de persona y número, y sólo los de tercera persona y los plurales de primera y segunda tienen marca de género.”⁷² (SORIANO 1999, p. 1219). De acordo com Martinez (1999, p. 2777) “los adjetivos o participios concuerdan con el sujeto desinencial en número” (cf. (61a), (61b),(61c), (61d)), “y otras veces, además, en género con el sujeto léxico”⁷³ (cf. (61e), (61f), (61g), (61h), (61i), (61j). (61l), (61m)).

No português e no espanhol, a manifestação morfológica de gênero é atestada apenas no predicativo, quando se trata de construção de cópula em que o sujeito é um pronome de primeira pessoa do singular. No hebraico, a manifestação morfológica de gênero é atestada no verbo e no predicativo. Já no inglês, a manifestação morfológica de gênero não é atestada nem no pronome, nem no verbo e nem no adjetivo, conforme se observa em (62)⁷⁴:

(62) a. I am *tired*.

“Eu estou cansado (a)”

b. You are *tired*.

“Você está cansado (a)”

c. She is *tired*.

“Ela está cansada”

d. He is *tired*.

“Ele está cansado”

e. We are *tired*.

“Nós estamos cansados (as)”

⁷² Todas as formas de pronome têm marcas explícitas de pessoa e número, e somente os de terceira pessoa e os plurais de primeira e segunda têm marca de gênero.

⁷³ Os adjetivos ou participios concordam com o sujeito desinencial em número (cf. (61a), (61b),(61c), (61d)), e outras vezes, ademais, em gênero com o sujeito léxico (cf. (61e), (61f), (61g), (61h), (61i), (61j). (61l), (61m)).

⁷⁴ Conferir Neuza (1993).

f. You are *tired*.

“Vocês estão cansados (as)”

g. They are *tired*.

“Eles (elas) estão cansados (as)”

Note que, no inglês, não há concordância visível no predicado mesmo com os únicos pronomes que apresentam visibilidade de gênero: *he* “ele” e *she* “ela”.

A partir do acima observado, podemos chegar ao seguinte quadro em relação à manifestação de marca morfológica de gênero em construções em que o sujeito é uma forma pronominal sem marca de gênero visível:

Generalização	PB	hebraico	espanhol	inglês
Marca morfológica de Gênero no Pronome de primeira pessoa do singular	-	-	-	-
Marca morfológica de Gênero no Verbo	-	OK	-	-
Marca morfológica de Gênero no Predicativo	OK	OK	OK	-

Embora em nenhuma língua das ilustradas acima apresente na primeira pessoa do singular a marca morfológica de gênero visível, é possível supor que haja um traço inerente a essa forma, advinda do léxico, haja vista que a concordância de gênero é estabelecida ora com o verbo ora com o predicativo.

Se fizéssemos um estudo paramétrico entre essas línguas com o pronome de primeira pessoa do plural, por exemplo, veríamos que há línguas em que tal pronome não apresentaria o traço de gênero visível, como é o caso do português e do inglês. Já no hebraico (*hu/ hi*) e no espanhol (*nosotros/ nosotras*) esse pronome apresenta as duas formas: uma para o masculino e outra para o feminino.

Assumindo que são os DPs que carregam os traços- ϕ interpretáveis e que categorias como T e particípio têm seus traços- ϕ especificados a partir da sua concordância com o DP, se um predicativo apresenta uma marca morfológica de feminino, por exemplo, é porque esse traço de gênero foi especificado pelo DP com o qual esse predicativo concorda através da operação *Agree*.

Assim, a interpretabilidade do traço de gênero da forma pronominal *a gente* seria determinada no léxico, conforme vimos assumindo. Segundo Corrêa, Name e Ferrari-Neto (2003), “o gênero é predominantemente um traço intrínseco do nome que se apresenta arbitrário para o falante da língua. Conseqüentemente, o valor assumido por este precisa ser armazenado no léxico”.

Com base no aparato teórico já descrito e certos de que a interpretabilidade do traço da forma pronominal *a gente* já vem nesse item antes de entrar na computação sintática, elaboramos um esquema de especificação de traços para essa forma quando selecionada para a Numeração.

(63) Traços de gênero no DP pronominal *a gente* na Numeração:

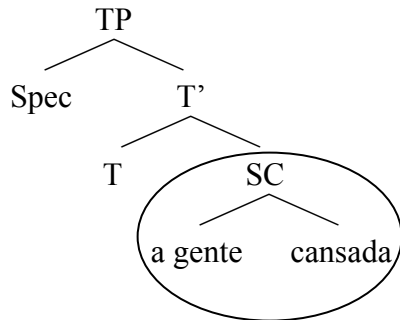
A gente está cansado: [Gen: + Masc]

A gente está cansada: [Gen: + Fem]

Os traços- ϕ em *a gente* estariam internos a esse elemento, assim sendo, supomos que eles não são morfológicamente visíveis. Levando em conta que a interpretabilidade dos traços é determinada no léxico (com distinção de valores (cf. subseção 3.4.1.)), conforme Chomsky (1999) propõe, a derivação de uma sentença como (64) se dá como em (65).

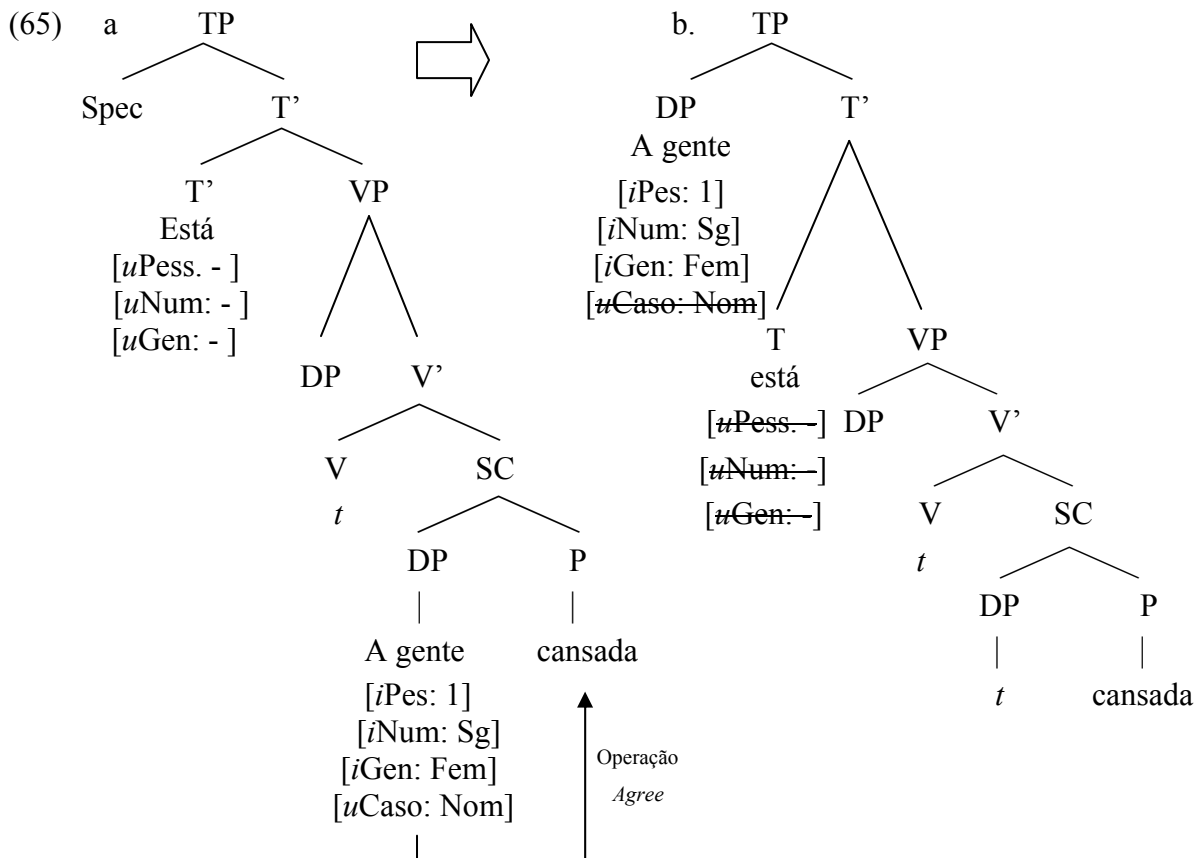
Observemos primeiramente, a formação da sentença (58a), repetida aqui em (64):

(64) A gente está cansada.



Segundo Mioto, Figueiredo Silva e Lopez (2004, p. 107), uma SC é “uma predicação que se estabelece entre um constituinte que é sujeito e um outro que é predicado sem que o núcleo desse predicado seja um verbo (ou flexão verbal)⁷⁵”.

Verifiquemos a análise da sentença em (64) e a sua configuração arbórea em (65a e b):



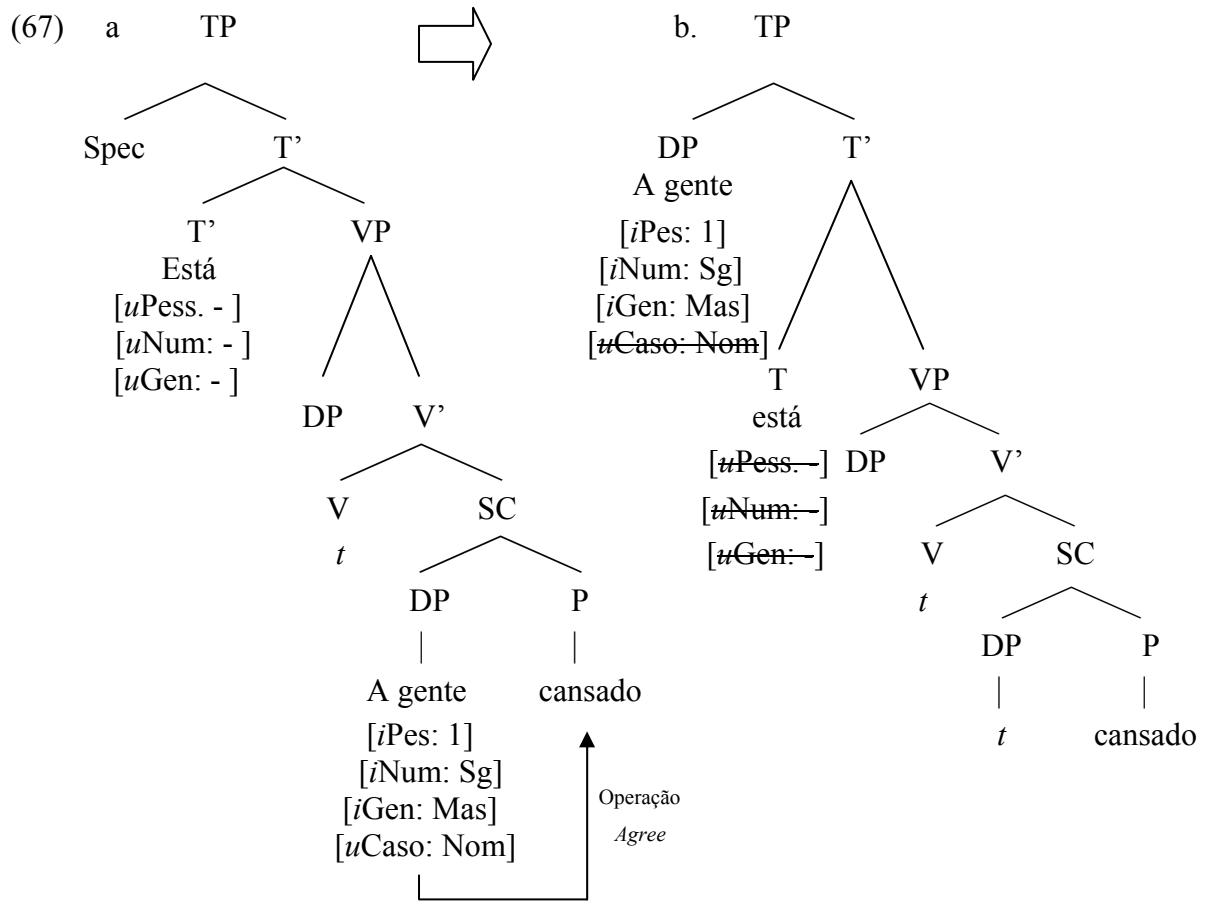
⁷⁵ Na verdade, esta é a definição “tradicional” introduzida por Stowell (1981), para outras definições e postulações acerca da SC, ver Adger & Ramchand (2003); Pereltsvaig (2001); den Dikken (2006); entre muitos outros.

Em (65a), a forma pronominal *a gente*, possuindo os traços de primeira pessoa do singular do feminino, estabelece concordância com o predicativo *cansada* (esta forma ainda não possui traços de feminino/ singular). Através desta concordância, o predicativo recebe do DP pronominal *a gente* seus traços de número e gênero. Em seguida (ver (65b)), a operação *Agree* valora e apaga os traços- ϕ não interpretáveis de T (Tempo). No momento em que a sonda (T) e o alvo (*a gente*) se combinam os traços- ϕ não interpretáveis da sonda e o Caso do alvo são valorados e apagados. Assim, o DP *a gente* checa o traço de Caso Nominativo do verbo e o verbo checa os traços- ϕ de *a gente* (os traços que estão internos a esse DP).

O mesmo processo, *mutatis mutandis*, ocorre com a sentença em (66), observe a sua configuração em (67)⁷⁶:

(66) A gente está cansado.

⁷⁶ Há trabalhos que assumem que a forma pronominal *a gente* vem com um traço de gênero subespecificado [+Fem] (cf. COSTA *et al* 2001), entretanto, assumimos que o traço de gênero vem especificado do léxico.



Neste caso, a configuração arbórea e o processo de verificação dos traços são os mesmos apresentados em (65). O que difere é a especificação, na numeração, do traço da forma pronominal *a gente*, se está ou não especificada para [Masc]. Em (67), por exemplo, os traços especificados para o DP pronominal *a gente* são: [*iPes*: 1/ *iNum*: Sg/ *iGen*: Masc], assim, o traço que será marcado no predicativo será o traço de gênero masculino (cansado). Se, todavia, os traços especificados na entrada lexical for [*iPes*: 1/ *iNum*: Sg/ *iGen*: Fem], o traço marcado no predicativo será o traço de gênero feminino (cansada).

A partir do que foi discutido acima, podemos dizer que tanto no PB quanto no PE, o traço de gênero no DP pronominal *a gente* vem especificado do léxico, e, portanto, está implícito a esse DP. A marca de gênero no predicativo é estabelecida através de uma checagem de traços que ocorre na SC.

3.5. CONCLUSÃO

Neste capítulo verificamos algumas propostas da manifestação de gênero no DP (RITTER (1993) e DI DOMENICO (1997)) inserida dentro de uma perspectiva da teoria lingüística gerativista. Entretanto, estas propostas não se adequaram ao modelo teórico mais recente da teoria, o PM (CHOMSKY, 1995, 2000, 2001), portanto, não utilizamos as propostas desses autores. Embora não utilizemos a proposta de Di Domenico, assumimos com ele que os traços são especificados na entrada lexical.

A hipótese que norteia este trabalho consiste no fato de o DP *a gente* conter um traço de gênero interno especificado nesse item antes de entrar na computação sintática, conforme propõe Chomsky (1995). Partindo deste pressuposto, assumimos com Pereira (2003), que há um traço interno a esse DP, sendo esta a causa da não visibilidade morfológica de gênero. Em relação à visibilidade morfológica de gênero no predicativo, assumimos, juntamente com Pereira (*op. cit.*), que esta marca se estabelece através da concordância entre o pronome *a gente*, que possui um traço interno de gênero, e o sintagma adjetival na SC, através da Operação *Agree*.

CONCLUSÕES GERAIS

A dissertação focalizou a questão da concordância de número e de gênero entre o DP pronominal *a gente* e o predicativo em orações copular com base em um estudo comparativo entre o PB e o PE. Para o estudo da concordância de número foi necessário estabelecer a interface entre a sintaxe e a morfologia a partir da manifestação de número nessas línguas. Para a questão da concordância de gênero, realizamos um estudo sintático.

Neste capítulo final, apresentamos uma breve revisão do trabalho realizado do capítulo relacionado ao número bem como do capítulo que trata sobre a questão do gênero.

No segundo capítulo, realizamos uma discussão a partir dos dados apresentados e analisados por Costa e Figueiredo Silva (2006) e refletimos sobre a questão da concordância de número entre o DP pronominal *a gente* e o predicativo. Os autores verificam a relação de concordância de número, visível ou não em todos os elementos, e defendem que há uma diferença básica entre o PB e o PE, essa diferença consiste no tipo de morfema de pluralidade, sendo no PB um morfema *singleton* e no PE um morfema dissociado.

De acordo com esses autores, não há, no PB, visibilidade de número em todos os constituintes, por isso, afirmam que o morfema de número, nessa língua, é inserido na sintaxe propriamente dita. No PE, defendem que há visibilidade de número em todos os constituintes, sendo, portanto, necessários processos pós-sintáticos. No entanto, como falantes do PB e partindo dos dados apresentados por Pereira (2003) para o PE, foi assumido que tanto um morfema *singleton* como um morfema dissociado podem estar ocorrendo em ambas as línguas, já que os nossos dados diferem dos dados apresentados por esses pesquisadores. Portanto, tanto no PB quanto no PE pode ou não haver manifestação morfológica de número em todos os constituintes.

No terceiro capítulo, realizamos uma análise sintática da concordância de gênero entre o DP pronominal *a gente* e o predicativo partindo da análise realizada por Pereira (2003). Embora Pereira realize uma análise morfossintática, assumimos com ela que há um traço interno ao DP *a gente*, sendo esta a causa da não visibilidade morfológica de gênero. Esse traço, ao contrário da proposta de Pereira, é especificado no léxico possibilitando, assim, a concordância na SC com o predicativo. No que concerne à visibilidade morfológica de gênero no predicativo, assumimos, juntamente com Pereira, que esta marca se estabelece através da concordância entre o pronome *a gente*, que possui um traço interno de gênero, e o sintagma adjetival na SC, através da Operação *Agree*.

Como é possível verificar, percebemos que este trabalho, ora concluído, é ainda parcial, não esgotando o assunto, que pode ter desdobramentos em trabalhos futuros, quando será possível alargar nossas discussões em relação à natureza do verbo.

REFERÊNCIAS

- ABNEY, S. *The English noun phrase in its sentential aspect*. Ph.D. Dissertation: MIT, 1987.
- ADGER, D.; RAMCHAND, G. Predication and equation. *Linguistic inquiry*, vol. 34, n. 3, 2003. p. 325-359.
- ALCÂNTARA, C. C. *As classes formais do português e sua constituição: um estudo à luz da teoria da morfologia distribuída*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2003.
- BAKER, M. C. The mirror principle and morphosyntactic explanation. *Linguistic Inquiry*, n. 16, 1985. p. 373-417.
- BARBOSA, P.; DUARTE, M. E. L.; KATO, M. A. A Distribuição do Sujeito Nulo no Português Europeu e no Português Brasileiro. *Actas do XVI Encontro da Associação Portuguesa de Lingüística*, Lisboa, 2001. p. 539-550.
- BELLETTI, A. *Generalized verb movement*. Torino: Rosenberg e Sellier, 1990.
- BERLINCK, R. A.; AUGUSTO, M. R. A.; SCHER, A. P. Sintaxe. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs). *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003. p. 206-244.
- CHOMSKY, N. *Linguistic Inquiry 11 (1)*, p. 1-46. 1980.
- CHOMSKY, N. *Lectures on government and binding*. Dordrecht: Foris Publications, 1981.
- CHOMSKY, N. *The minimalist program*. Cambridge, Mass: The MIT Press, 1995.
- CHOMSKY, N. *Minimalist inquiries: the framework*. MIT Occasional Papers in Linguistics, Number 15. MIT, 1998.
- CHOMSKY, N. *O programa minimalista*. Tradução, apresentação e notas à tradução: Eduardo Paiva Raposo. Lisboa: Caminho, 1999a.

CHOMSKY, N. *Derivation by phase*. Working Paper, MIT, 1999b.

CHOMSKY, N. Minimalist inquiries: the framework. In: MARTIN, R.; MICHAELS D.; URIAGEREKA, J. (eds). *Step by step: essays on minimalist syntax in honor of Howard Lasnik*, 89-155. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 2000 [1998].

CHOMSKY, N. Derivation by Phase. In: KENSTOWICZ, M. (Ed.). *Ken Hale: A Life in Language*. Cambridge, Mass: MIT Press, 2001 [1999]. p. 1-52.

CHOMSKY, N. *Novos horizontes no estudo da linguagem e da mente*. Trad. Marco Antônio Sant'Anna. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

CHOMSKY, N.; LASNIK, H. The theory of principles and parameters. In: JACOBS. J.; STECHOW, A.; STERNEFELD, W.; VENNEMANN T. (Orgs.). *Syntax: an international handbook of contemporary research*. Berlin: de Gruyter, 1993.

CLEMENTS, G. The Geometry os phonological features. In. *Phonology yearbook 2*. 1985. p. 225-252.

CORRÊA, L. S.; NAME, C. M.; FERRARI-NETO, J. Explorando informação de interface na aquisição da linguagem: distinções perceptuais e morfo-fonológicas relativas à categoria funcional D na aquisição de gênero e número em português. In. *Anais do III Congresso Internacional da ABRALIN*. 2003.

COSTA, J.; FIGUEIREDO SILVA, M. C. Notas sobre a concordância verbal e nominal em português. *Estudos Lingüísticos*, XXXV, 2006. p. 95-109.

COSTA, J.; GALVES, C. External subjects in two varieties of Portuguese evidence for a non-unified analysis. In: BEYSSADE, C. et al (Eds.). *Romance languages and linguistic theory 2000 – selected papers from going romance, 2000*. Amsterdam: John Benjamins, 2002. p. 109-125.

COSTA, J.; MOURA, D.; PEREIRA, S. *Concordância com a gente: um problema para a teoria de verificação de traços*. Actas do XVI Encontro Nacional de Associação Portuguesa de Lingüística. Associação Portuguesa de Lingüística Portuguesa, Lisboa, 2001. p. 639-656.

COSTA, J; SANTOS, A. L. *A falar como os bebés: o desenvolvimento lingüístico das crianças*. Lisboa: Caminho, 2003.

den DIKKEN, M. *Relators and linkers: the syntax of predication, predicate inversion, and copulas*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 2006.

de DEUS, D. S. *O gênero do nome em português: interface entre a morfologia e a sintaxe*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, 2003.

DI DOMENICO, E. *Per una teoria del genere grammaticale*. Padova: Unipress, 1997.

DUARTE, M. E. L. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória no português do Brasil. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary (Orgs.). *Português brasileiro, uma viagem diacrônica*. 2. ed. São Paulo: Ed. da UNICAMP, 1996. p. 107-128.

DUARTE, I. M.; JOÃO, F.; GONÇALVES, A.; MIGUEL, M.; RODRIGUES, C. *Geometria de traços e distribuição de pronomes sujeito em PE e em PB*. Comunicação apresentada ao 3º Workshop do Projeto PE-PB. Lisboa, 2002.

EMBICK, D.; NOYER, R. Movement operations after syntax. *Linguistic Inquiry*, v. 32, n. 4, 2001. p. 555-595.

EMBICK, D.; NOYER, R. Distributed Morphology and the Syntax/Morphology Interface. In: RAMCHAND, G.; REISS, C. (Orgs.). *The Oxford Handbook os Linguistic Interfaces*. University of Pennsylvania, 2005.

ENÇ, M. The Semantics of Specificity. *Linguistic Inquiry*, v. 22. n. 1, 1991. p. 1-25.

FIGUEIREDO SILVA, M. C. *A posição sujeito no português brasileiro: frases finitas e infinitivas*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1996.

GALVES, C. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. São Paulo, Editora da UNICAMP, 2001.

HALLE, M. *Distributed morphology: impoverishment and fission*. In: BRUENING, B.; KANG, Y.; MCGINNIS, M. (Eds.). *Papers at the Interface*. Vol. 30, MITWPL, 1997a.

HALLE, M. *Morfologia distribuída: empobrecimento e fissão*. Tradução: SEDRINS, A. P.; SIBALDO, M. S.; TENÓRIO, T. S., (2007) do texto original Distributed morphology: impoverishment and fission, 1997b. Tradução ainda inédita.

HALLE, M.; MARANTZ, A. Distributed Morphology and the Pieces of Inflection. In: HALE, K.; KEYSER, S. J. (Ed.). *The View from Building 20: Essays in honor of Sylvain Bromberger*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1993. p. 111-176.

HARLEY, H.; NOYER, R. Licensing in the non-lexicalist lexicon: nominalizations, vocabulary items and the encyclopedia. In: *MITWPL 32: Papers from the UPenn/MIT Roundtable on Argument Structure and Aspect*. Cambridge, MITWPL, 1998. p. 119-137.

HARLEY, H.; NOYER, R. *State-of-Article: Distributed Morphology*. *Glott* 4.4, 1999. p. 3-9.

HARLEY, H.; RITTER, E. *Of person and number in pronouns: A feature-geometric analysis language*. V. 78. n. 3, 2002. p. 482-526.

KATO, A. M.; RAPOSO, E. P. Objeto(s) e artigos nulos em Português Europeu e Português Brasileiro. In: MOURA, D.; FARIAS, J. (Orgs.). *Reflexões sobre a sintaxe do português*. Maceió: Editora da EDUFAL, 2005. p. 73-96.

MARTÍNEZ, J. A. La concordancia. In: BOSQUE, I.; DEMONTE, V. *Gramática descriptiva de la lengua española: sintaxis básica de las clases de palabras*. V. 2. Espasa, 1999.

MENUZZI, S. *Binding theory and pronominal anaphora in Brazilian Portuguese*. Dissertação de doutoramento, HIL/ Leiden University, 1999.

MENUZZI, S. First person plural anaphora in Brazilian Portuguese: chains and constraint interaction in binding. In: COSTA, J. (Ed.). *Portuguese syntax*. New comparative studies. Oxford University Press, 2000.

MIOTO, C.; FIGUEIREDO SILVA, M. C.; LOPES, R. E. *Novo Manual de Sintaxe*. Florianópolis: Insular, 2004.

MOURA, D. Concordância de pronomes pessoais em frases copulativas. In: MOURA, D.; SILVA, C. R. T. (Orgs.). *Estudos em sintaxe comparativa*. *Revista leitura*, nº 33, jan./jun., 2004. p. 87-110.

MOURA, D. *A sintaxe dos pronomes pessoais: um caso de concordância*. Artigo apresentado no XIV Congresso ALFA. Monterrey/ México, 2005.

NAME, M. C. L. *Habilidades perceptuais e lingüísticas no processo de aquisição do sistema de gênero no português*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, 2002.

NEUZA, E. M. C. *English on top*. 3ª ed., São Paulo: Saraiva, 1993.

PERELTSVAIG, A. *On the nature of intra-clausal relations: a study of copular sentences in Russian and Italian*. Tese de Doutorado: McGill University, 2001.

PEREIRA, S. *Gramática comparada de a gente: variação no português europeu*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa, 2003.

PICALLO, C. *Nominals and nominalization in Catalan*. *Probus*, 3, 3, 1991. p. 279-316.

POLLOCK, J. Verb movement, universal grammar, and the structure of IP. *Linguistic Inquiry*, n. 20, v. 3, 1989. p. 365-424.

RADFORD, A. *Syntax: a minimalist introduction*. Cambridge: UK University Press, 1997.

RICHMAN, J. *Learn Hebrew verbs feedback*. 2008. Disponível em: <http://www.hebrew-verbs.co.il>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2008.

RITTER, E. *Where's gender?* *Linguistic Inquiry*, 24, 1993. p. 795-803.

RITTER, E. On the syntactic category of pronouns and agreement. *Natural language and linguistic theor.* Kluwer Academic Publisher, 13, 1995. p. 405-443.

RIZZI, L. *Relativized minimality*. Cambridge (MA): MIT Press, 1990.

ROBERTS, I. *Verbs and diachronic syntax*. Dordrecht: Kluwer, 1993.

SIBALDO, M. A. *Sobre a concordância DP sujeito-flexão verbal e a riqueza de agr: algumas (re)considerações para o português brasileiro*. Doutorando pela Universidade Federal de Alagoas. Inédito no prelo.

SORIANO, F. O. El pronombre personal. Formas y distribuciones. Pronombres átonos y tónicos. In: BOSQUE, I.; DEMONTE, V. *Gramática descriptiva de la lengua española: sintaxis básica de las clases de palabras*. V. 1. Espasa, 1999.

STOWELL, T. *Origins of phrase structure*. Teses de Doutorado, MIT. 1981.

TAVARES SILVA, C. R. *A natureza de Agr e suas implicações na ordem VS: um estudo comparativo entre o português brasileiro e o português europeu*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Alagoas, 2004.

VIKNER, S. V⁰-to- I⁰ movement and inflection for person in all tenses. In: HAEGEMAN, L. (Ed.). *The new comparative syntax*. London, New York: Longman, 1997. p. 189-213.

WILLIAMS, E. Small clauses in English. In: KINBALL, J. P. (Ed.). *Syntax and semantics*. Vol. 4. 1975. p. 249-273.